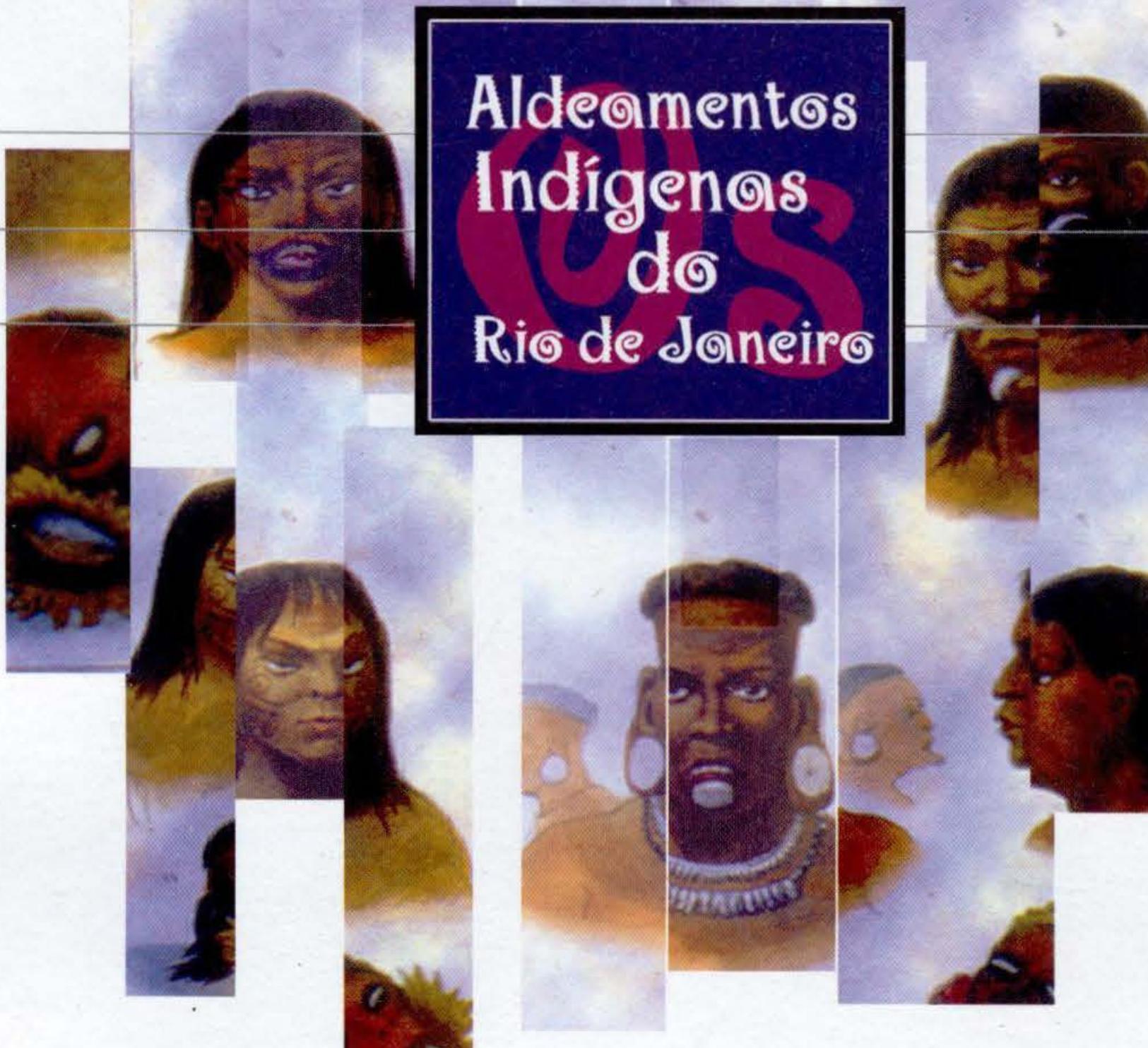


José Ribamar Bessa Freire

Márcia Fernanda Malheiros



Programa de Estudos dos Povos Indígenas
Departamento de Extensão/ SR-3
Universidade do Estado do Rio de Janeiro





UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

REITOR

Antonio Celso Alves Pereira

VICE-REITORA

Nilcéa Freire

SUB-REITOR DE GRADUAÇÃO/SR-1

Ricardo Vieiralves de Castro

SUB-REITOR DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA/SR-2

Reinaldo Felipe Nery Guimarães

SUB-REITORA DE EXTENSÃO E CULTURA/SR-3

Maria Therezinha Nóbrega da Silva

DEPARTAMENTO DE EXTENSÃO

Liany Bonilla da Silveira Comino

PROGRAMA DE ESTUDOS DOS POVOS INDÍGENAS

José Ribamar Bessa Freire

José Ribamar Bessa Freire Márcia Fernanda Malheiros



Programa de Estudos dos Povos Indígenas
Departamento de Extensão/ SR-3
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

REDAÇÃO

José Ribamar Bessa Freire
Márcia Fernanda Malheiros

EQUIPE DE PESQUISA

Coordenação:

José Ribamar Bessa Freire

Sub-Coordenação:

Márcia Fernanda Malheiros

Trabalho nos Arquivos:

Ana Carina Siqueira Bastos
André Nader de Oliveira
Érika Carneiro Gomes
Fátima de Oliveira Gastão
Gleice Maria Lopes de Matos
Pablo Carvalho Canano
Wagner Santos

Fotografias:

Beto Felício

Programa de Estudos dos Povos Indígenas
Departamento de Extensão/SR-3/UERJ

1997

Apresentação

○ O presente livro é o resultado do trabalho da equipe do Programa de Estudos dos Povos Indígenas, do Departamento de Extensão - SR-3, que vasculhou os principais acervos da capital e do interior do Estado, para mapear os documentos manuscritos aí existentes. O levantamento de dados nos arquivos paroquiais, cartoriais e municipais do Norte Fluminense e do Médio Paraíba ultrapassou o recorde inicialmente estabelecido para o texto didático. Sua sistematização pode trazer novas luzes para a história regional, preenchendo lacunas nos campos da demografia indígena, estrutura fundiária, saúde, processo de mestiçagem e identidade étnica.

A proposta inicial era apenas refletir sobre os aldeamentos indígenas no século XIX, quando os índios desapareceram do mapa do Rio de Janeiro. Constatou-se, no entanto, a carência de conhecimentos sobre o período colonial, o que determinou a redação de um texto cronologicamente mais abrangente, devendo o século XIX ser aprofundado em outro trabalho, atualmente em elaboração.

Este livro, destinado a apoiar o ensino de 1º e 2º graus, pretende atender às exigências formuladas pelo MEC em seus Parâmetros Curriculares Nacionais, pelo Conselho Estadual de Educação do Rio de Janeiro e pela Diretoria de Educação Fundamental do Município do Rio de Janeiro em sua proposta de Núcleo Curricular Básico, no sentido de reconhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sócio-cultural brasileiro e de desenvolver conteúdos relacionados às culturas indígenas.

O grande obstáculo encontrado para a realização de tais exigências reside justamente na inexistência de textos didáticos. Como observa Aracy Lopes da Silva, “os manuais didáticos ainda tratam os índios, suas sociedades e seu papel na história, a partir de formulações esquemáticas e baseadas em pressupostos ultrapassados”.

A elaboração de textos didáticos pressupõe a existência de um saber histórico, isto é, de um campo de pesquisa e produção de conhecimentos básicos do domínio de especialistas. Ora, o conhecimento acumulado até agora sobre as populações indígenas é fragmentado e parcial; apenas metade dos povos indígenas que habitam hoje o país foi objeto de estudos básicos por parte dos etnólogos e lingüistas. Das mais de 170 línguas indígenas faladas atualmente no Brasil apenas 10% possuem descrições completas.

Na área de etno-história, as pesquisas são escassas. São inexpressivos, ainda, os trabalhos de coleta da tradição oral, de depoimentos e relatos dos próprios índios. Quanto às fontes escritas com informações etnográficas, elas não foram suficientemente interrogadas e, sequer, identificadas de forma sistemática. Tudo isto vai se refletir sobre o texto didático ou paradidático.

“O público leigo interessado em conhecer mais a respeito dos índios está diante de um abismo cultural e terá que se contentar com uma bibliografia didática rala, quando não preconceituosa ou desinformada”, como sinaliza o antropólogo Carlos Alberto Ricardo.

O conteúdo crítico e informativo que a escola deve desenvolver pressupõe a existência de um conhecimento que ainda não foi produzido pelas universidades e pelos centros de pesquisa. O presente livro – *Os Aldeamentos Indígenas do Rio de Janeiro* – foi construído com o objetivo de dar uma pequena contribuição para o preenchimento da lacuna assinalada.

JOSÉ RIBAMAR BESSA FREIRE

**COORDENADOR DO PROGRAMA
DE ESTUDOS DOS POVOS INDÍGENAS**

LIANY BONILLA DA SILVEIRA COMINO

**DIRETORA DO
DEPARTAMENTO DE EXTENSÃO**

Índice

Os Índios do Rio de Janeiro e suas Aldeias de Origem

0 3	1. Quem eram
0 5	2. As línguas que falavam
0 5	2.1 - As famílias lingüísticas
0 9	2.2 - A transmissão de saberes
1 3	3. As aldeias onde moravam
1 7	4. Como viviam
1 7	4.1 - A família Tupi
1 9	4.2 - A família Puri
2 7	5. O povo fluminense e a herança indígena
2 8	6. Anexos
2 9	Leituras Complementares
3 2	Cronologia do Período
3 3	Bibliografia



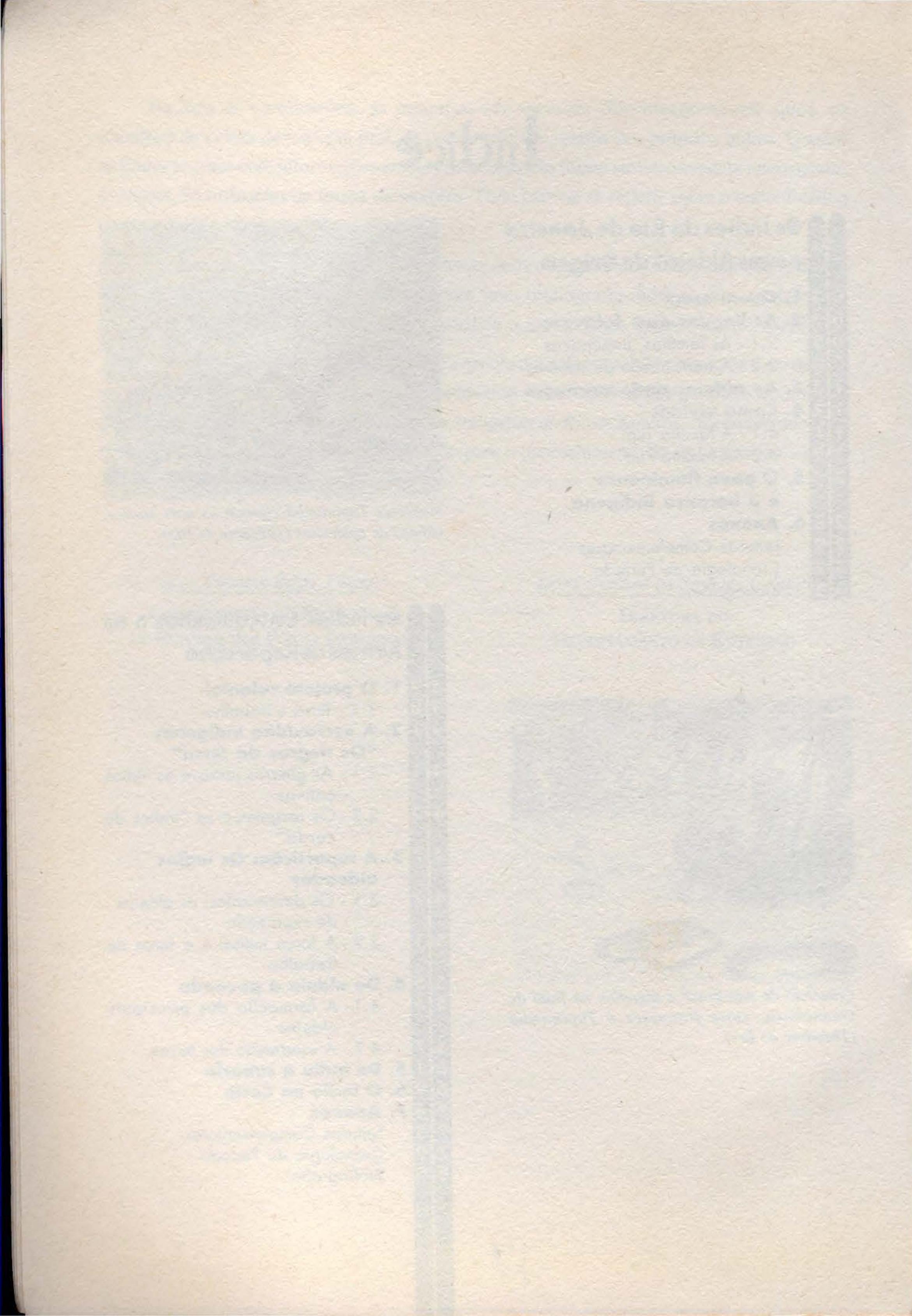
Comércio de pau-brasil e algodão, na Baía de Guanabara, entre franceses e Tupinambá (Théodore de Bry).



Mulheres Tupinambá choram os seus mortos, vítimas de epidemias (Théodore de Bry)

Os índios Catequizados e as Aldeias de Repartição

3 7	1. O projeto colonial
3 8	1.1 - Terra e trabalho
4 1	2. A escravidão indígena: "Os negros da terra"
4 1	2.1 - As guerras justas e os índios cativos
4 3	2.2 - Os resgates e os "índios de corda"
4 7	3. A repartição: Os índios aldeados
4 7	3.1 - Os descimentos: as aldeias de repartição
5 1	3.2 - A força militar e a força de trabalho
5 5	4. De aldeia a povoado
5 5	4.1 - A formação das principais aldeias
5 7	4.2 - A usurpação das terras
6 1	5. De índio a caboclo
6 9	6. O índio na Corte
7 4	7. Anexos
7 5	Leituras Complementares
7 9	Cronologia do Período
8 0	Bibliografia



Os Índios do Rio de Janeiro e suas Aldeias de Origem

Francês - Mamópe setã? (*Onde é sua moradia?*)

Tupinambá - Kariók-pe. (*Em Carioca*)

(Do “Colóquio” de Jean de Léry, traduzido do tupinambá por Plínio Ayrosa)

Die Größe der einzelnen Seiten ist
im vorstehenden Auszüglieh angegeben.

Quem Eram

Há 500 anos, não existia um povo chamado brasileiro, fluminense ou carioca.

Quem morava aqui, nessa época, eram outros povos que foram denominados genericamente de *índios* pelo colonizador europeu. Esta denominação, usada até hoje, às vezes dá uma impressão errada, como se uma única palavra designasse um único povo, com uma só cultura e até com o mesmo tipo físico.

Na verdade, da mesma forma que o termo *europeu* agrupa povos tão diferentes como os portugueses, espanhóis, franceses, ingleses, holandeses e tantos outros, o nome *índio* esconde centenas de nações independentes, que falam línguas diferentes, muitas delas não-intercomunicantes entre si. Cada uma tem uma história própria, organização social, habilidades tecnológicas e crenças religiosas peculiares. Cada uma possui a sua própria cultura, os seus costumes, o seu jeito de ser e o seu próprio nome.

Quem eram, então, os índios que moravam no Rio de Janeiro no século XVI?

Não é fácil responder esta pergunta. Os povos que aqui viviam transmitiam o que sabiam apenas através da palavra falada,

própria da memória oral. Não deixaram, portanto, documentos escritos de identidade. Não tiveram oportunidade de se apresentar. Poucas vezes disseram como se autodenominavam. Quando o fizeram, nem sempre foram compreendidos.

Os primeiros colonizadores portugueses, franceses e espanhóis tentaram, em alguns casos, identificar o nome próprio de cada povo, criando às vezes uma grande confusão, porque quase sempre desconheciam as línguas faladas pelos índios.

Nos documentos que escreveram no passado, os europeus batizaram, às vezes, o mesmo povo com vários nomes, como é o caso dos *Tupinambá*, conhecidos também como *Tamoio*. Outras vezes, usaram um nome só - por exemplo, *Coroado* - para designar grupos que, apesar das semelhanças físicas, eram culturalmente muito diferentes. Registraram nomes que aparecem em poucos documentos e não conseguiram se firmar como *Bacunin* ou *Caxiné*. Escreveram o mesmo nome com grafias desiguais: *Goitacá*, *Guaitacá*, *Waitaka* ou *Aitacaz*. Inventaram nomes que mudaram com o tempo. Misturaram tudo. Fica, portanto, difícil saber quem era quem com base apenas nessas denominações. É necessário procurar outros critérios.



Mulheres Tupinambá choram os seus mortos, vítimas de epidemias (Théodore de Bry)

As Línguas que Falavam

2

Um critério comumente empregado para identificar e diferenciar os povos é aquele que já foi cantado por Caetano Veloso: “Minha pátria é minha língua”. Ou seja, indivíduos que falam o mesmo idioma são considerados como pertencentes a uma mesma pátria. O que é discutível hoje para as modernas nações que construíram um estado (por exemplo, brasileiros e portugueses ou americanos e ingleses falam a mesma língua, mas possuem pátrias diferentes), pode ser um critério válido para identificar as nações indígenas.

A questão, então, é saber quando a língua falada por duas comunidades é a mesma, quando é diferente e em que consiste essa diferença. Os lingüistas estudaram e classificaram muitas línguas, estabeleceram relações entre elas, identificando seus elementos históricos para, desta forma, determinar o seu grau de parentesco. Quando, apesar das diferenças, se descobre semelhanças entre línguas, elas são colocadas dentro de uma mesma família. As famílias com afinidades são reunidas num tronco comum. Assim, uma família lingüística agrupa línguas diferentes, mas aparentadas, porque considera-se que têm uma origem comum, provenientes de um

único tronco, como o português, o espanhol, o francês e o italiano, que são originários do latim.

As famílias lingüísticas

21

Com esse critério, as línguas indígenas foram classificadas e mapeadas por alguns estudiosos, o que não foi fácil, porque muitas delas desapareceram sem deixar vestígios. O alemão Curt Nimuendajú, que viveu mais de 40 anos entre os índios, fez em 1944 o seu “Mapa Etno-histórico”, considerado o maior documento etnográfico brasileiro, e o tcheco Cestmir Loukotka desenhou a última versão do seu em 1968. Nos últimos trinta anos, várias universidades brasileiras formaram lingüistas que se dedicaram a pesquisar as formas de falar dos índios. Com base no estado atual desses trabalhos, podemos dizer que o território do Estado do Rio de Janeiro foi habitado por povos que falavam pelo menos 20 idiomas diferentes, um deles não classificado e os demais pertencentes a quatro famílias lingüísticas.

A precariedade dos registros escritos e os deslocamentos e migrações internas desses povos dificultam a

delimitação, com maior precisão, de suas fronteiras. A localização abaixo assinalada corresponde a diferentes momentos do período colonial, de acordo com documentos históricos conhecidos.

I - A Família Tupi, ou tupi-guarani, compreendia mais de uma centena de línguas, faladas em áreas que pertencem atualmente ao Brasil e a alguns países hispano-americanos. Pelo menos cinco delas eram faladas no Rio de Janeiro pelos seguintes povos:

- ❖ *Tupinambá* ou *Tamoyo*, habitantes das zonas de lagunas e enseadas do litoral, do Cabo Frio até Angra dos Reis.
- ❖ *Temiminó* ou *Maracajá*, localizados na Baía de Guanabara.
- ❖ *Tupinikin* ou *Margaya*, no litoral norte fluminense e Espírito Santo.
- ❖ *Ararape* ou *Arary*, no vale do Paraíba do Sul.
- ❖ *Maromomi* ou *Miramomim*, na antiga Missão de São Barnabé. Segundo Lukotka, trata-se de uma língua tupi. Outros estudiosos, como o padre Serafim Leite, preferem situá-la como um sub-grupo dos índios Guarulho.

II. A Família Puri foi vinculada pelo pesquisador Aryon Rodrigues ao tronco Macro-Jê. Dividida em 23 línguas, espalhava-se também por regiões que atualmente fazem parte dos estados

de Minas Gerais, Espírito Santo e São Paulo. Doze delas eram faladas no Rio de Janeiro. As três primeiras aqui enumeradas desapareceram, mas deixaram alguns registros. As demais, pouco conhecidas e extintas, podem ter pertencido a esta família, segundo suposições de Lukotka, que não apresenta evidências lingüísticas para isso:

- ❖ *Puri, Telikong ou Paqui*, falada nos vales do Itabapoana e Médio Paraíba e nas serras da Mantiqueira e das Frecheiras, entre os rios Pomba e Muriaé. Estava dividida em três subgrupos denominados *Sabonan*, *Uambori* e *Xamixuna*.
- ❖ *Coroado*, em ramificações da Serra do Mar e nos vales dos rios Paraíba, Pomba e Preto. Subdividida em vários grupos, entre os quais, *Maritong*, *Cobanipaque*, *Tamprun* e *Sasaricon*.
- ❖ *Coropó*, no rio Pomba e na margem sul do Alto Paraíba.
- ❖ *Goitacá, Guaitacá, Waitaka ou Aitacaz*, nas planícies e restingas do Norte Fluminense, em áreas próximas ao Cabo de São Tomé, no território entre a Lagoa Feia e a boca do rio Paraíba. Subdividida em quatro grupos: *Goitacá-Mopi*, *Goitacá-Jacoritó*, *Goitacá-Guassu* e *Goitacá-Mirim*.
- ❖ *Guaru ou Guarulho*, falada na serra dos Órgãos e também nas margens dos rios Piabanga, Paraíba e afluentes, incluindo o Muriaé, com as suas



Índios de diferentes etnias (Jean Baptiste Debret)

ramificações por Minas Gerais e Espírito Santo.

- » *Pitá*, na região do rio Bonito.
- » *Xumeto*, na Serra da Mantiqueira.
- » *Bacunin*, no rio Preto e próximo à atual cidade de Valença.
- » *Bocayú*, nos rios Preto e Pomba.
- » *Caxiné*, na região entre os rios Preto e Paraíba.
- » *Sacaru* no vale do Médio Paraíba.
- » *Paraíba*, também no Médio Paraíba.

iii. A Família Botocudo, pertencente ao tronco Macro-Jê, é composta de 38 dialetos, quase todos falados em áreas do atual Espírito Santo e Minas Gerais, como os Krenak no rio Doce e os Naknanuk, no Mucuri e São Mateus, destacando-se no Rio de Janeiro:

- » *Botocudo, Aimoré ou Batachoa*, nos vales do rio Itapaboana, e também na região do rio Macacu.

iv. A Família Maxakali ou *Mashakali*, vinculada por Aryon Rodrigues ao tronco Macro-Jê, abrange 27 línguas, faladas em áreas dos atuais Estados de Minas Gerais, Espírito Santo e Bahia. No Rio de Janeiro, existe referência a apenas uma língua:

- » *Maxakali ou Mashakali*, falada durante um tempo na área do rio Carangola, nas atuais fronteiras do

Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais.

V. Língua não-classificada

- » *Goianá, Guianá, ou Guaianá*, cujos falantes estavam concentrados na capitania de São Vicente. Alguns grupos foram localizados na Ilha Grande, em Angra dos Reis e em Parati.



Índios Botocudo, Puri, Patachó e Machacali

No início, os colonizadores consideravam as línguas indígenas - que eles desconheciam - inferiores à língua portuguesa. Pero de Magalhães Gândavo, em sua crônica, afirma que o idioma Tupinambá não tinha as letras F, L e R, o que ele

considera “cousa digna de espanto, porque assi não tem Fé, nem Lei, nem Rei, e desta maneira vivem sem Justiça e desordenadamente”. Trata-se, na realidade, de um preconceito etnocêntrico, motivado pela ignorância. Nenhuma dessas línguas era “mais pobre” ou “mais rica” que as línguas européias. Cada uma delas era capaz de expressar qualquer



(J. B. Debret)

sentimento, pensamento ou idéia dos povos que as falavam e de veicular experiências, conhecimentos, saberes.

De todos os idiomas indígenas, o Tupinambá era o que mantinha o maior número de falantes, espalhados por extenso território da costa atlântica. Por isso, desde o século XVI, foi aprendido por muitos portugueses e franceses, que tinham interesse econômico em comunicar-se com os índios. Os missionários fizeram, então, uma gramática, explicando como funcionava essa língua, que acabou sendo usada na catequese. Traduziram para ela orações, hinos, catecismos e até peças de teatro.

Hoje, apesar de extintas, algumas dessas línguas continuam sendo usadas, num certo sentido, por cariocas e fluminenses, muitos dos quais nem desconfiam disso. Acontece que a língua portuguesa, falada no Brasil, incorporou muitas palavras indígenas: nomes de lugares, de animais, de vegetais, ervas, flores, plantas, enfim de toda a flora e fauna. Numa amostra coletada pelo lingüista Aryon Rodrigues, 46% dos nomes populares de peixes e 35% dos nomes de aves são oriundos só do Tupinambá. Vários outros estudiosos, como Antenor Nascentes e Antônio Geraldo da Cunha, fizeram inventários da contribuição indígena ao nosso jeito de falar. (Ver Bibliografia)

De origem tupi é a própria palavra **carioca**, nome de um rio e de uma aldeia que, segundo alguns especialistas, signi-

fica *morada dos índios carijó* (outros interpretaram como *casa do branco* ou *casa de água corrente* ou ainda *corrente saída do mato*). Da mesma origem são os nomes de muitos lugares e até mesmo de bairros atuais do Rio de Janeiro, que conservaram as denominações das antigas aldeias como **Guanabara** (*baía semelhante a um rio*), **Niterói** (*baía sinuosa*), **Iguaçu** (*rio grande*), **Paraíba** (*rio extenso de difícil navegação*), **Pavuna** (*lugar atoladiço*), **Irajá** (*cuiabá de mel*), **Icaraí** (*água clara*) e tantos outros como Ipanema, Sepetiba, Mangaratiba, Acarí, Itaguaí, etc.

Os Tupinambá denominaram de **Itaorna** uma praia, em Angra dos Reis, conhecida até hoje por este nome. Nesta área, na década de 1970, começou a ser construída a Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto. Os engenheiros responsáveis por sua construção não sabiam que o nome dado pelos índios podia conter informação sobre a estrutura do solo, minado por águas pluviais, que provocavam deslizamentos de terra das encostas da Serra do Mar. Só descobriram que **Itaorna** quer dizer *pedra podre* em fevereiro de 1985, quando fortes chuvas destruíram o Laboratório de Radioecologia, que mede a contaminação do ar na região. O prejuízo, calculado na época em 8 bilhões de cruzeiros, talvez pudesse ter sido evitado.

As línguas indígenas, que deram nomes às coisas, guardam informações e saberes, funcionando como uma espécie

de arquivo. Por isso, é necessário conhecer a contribuição efetiva que legaram à língua portuguesa e entender como viviam os povos que as falavam, para que a nossa sociedade possa se apropriar, de forma inteligente, da experiência

milenar arquivada nessas línguas. Este conhecimento, certamente, pode ajudar o brasileiro a viver melhor hoje, tornando-o menos ignorante e mais capaz para respeitar e valorizar as sociedades indígenas atuais.



Aldeia dos índios Coroado (Spix e Martius)

As Aldeias onde moravam

3

No momento da chegada dos primeiros europeus, os índios viviam em aldeias ou tabas espalhadas por todo o território do Rio de Janeiro. A aldeia era a maior unidade política das sociedades indígenas. Cada uma delas tinha autonomia e reconhecia como autoridade maior o seu chefe, tuxaua, morubixaba ou cacique.

Os nomes dessas aldeias - os topônimos indígenas - referem-se a acidentes geográficos, denominações de animais, de plantas, de elementos culturais. Às vezes, eram designadas pelo nome do seu próprio chefe. Segundo alguns tupinólogos, nem sempre é fácil interpretar o significado desses nomes, que apresentam grafias diferentes e foram recolhidos por quem não dominava bem as línguas indígenas, havendo, portanto, muito de fantasia na identificação de sua procedência etimológica. Por outro lado, a descrição dos lugares onde ficavam são tão incompletas, que fica difícil determinar com precisão a localização de cada uma delas. De qualquer forma, existem estudiosos que tentaram mapeá-las, nem sempre com o devido cuidado, apresentando em alguns casos resultados discutíveis.

Para algumas áreas, as informações da época são mais precisas. O cosmógrafo francês André Thevet, por exemplo, elaborou um mapa da Ilha do Governador, onde aparecem, só aí, cerca de 36 tabas. Era nesta ilha que ficavam as aldeias *Paranapucuhy*, *Pindó-usú*, *Koruké*, *Pirayijú*, *Coranguá*. Outro cronista francês, Jean de Léry, num levantamento parcial, encontrou em torno da Baía de Guanabara um total de 32 aldeias tupis entre 1550 e 1560. Depois, novas listas, também parciais, foram feitas por missionários e cronistas portugueses, acrescentando outras povoações.

O primeiro nome da lista de Léry é a aldeia *Kariók* ou *Karióg*, situada no sopé do morro da Glória, na foz do rio Carioca, o rio sagrado dos Tamoio que tinha, além dessa, uma segunda foz, mais caudalosa, na praia do Flamengo, onde localizava-se outra aldeia, chamada *Urusúmirim* ou *Abruçumirim*. O Pão de Açúcar também estava cercado por aldeias indígenas. Três delas situadas ao lado do Morro da Babilônia: *Jaboracyá*, *Eyramiri*, *Panucú*. Duas - *Japopim* e *Ura-uassú-ué* - quase em frente ao penedo. Entre o Pão de Açúcar e o Morro da Viúva, ficava a aldeia *Okarantim*. No caminho para o rio Carioca, a aldeia *Tantimã*. Na barra da Tijuca,



Combate naval entre Tupinambá e Tupinikin em 1554 (Théodore de Bry)

a aldeia *Guiraguadú-mirim*. A aldeia *Maracajá*, na ilha do Fundão, era ocupada pelos Temiminó.

A lista continua. Próximo à Lagoa Rodrigo de Freitas, existia uma aldeia chamada *Kariané*. Distribuídas pelos

morros de Santa Tereza e Santo Antônio, as aldeias de *Katiuá*, *Kiriri*, *Anaraú* e *Purumuré*. Na região ocupada hoje pelos subúrbios ao longo da Central do Brasil existiam dezenas de aldeias, entre as quais *Pavuna*, *Irajá Catiú*, *Savigahy*, *Taly*,

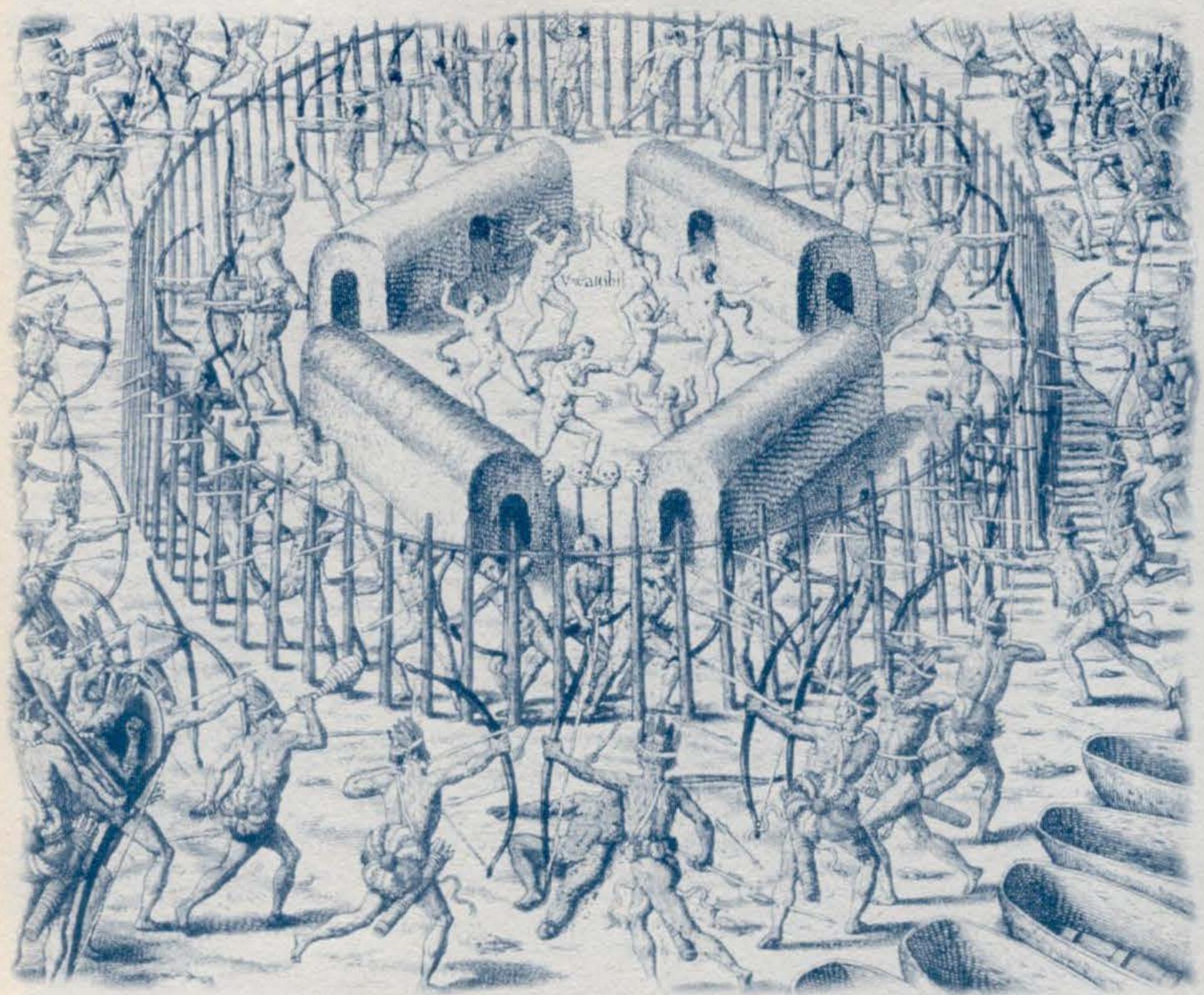


Uepee, Itauá, Uery, Acorosó, Margavia, Sarapú, Iraramem, Sapopema.

Do outro lado da baía, em Niterói, existiam também muitas aldeias, algumas das quais foram registradas em documentos históricos, como *Icarai, Itauna,*

Nurucuné, Arapatué, Urapué, Uraramery, Caranacuy.

Eram centenas e centenas de tabas, ao longo de todo o território, habitadas por um número incalculável de índios. Segundo os relatos da época, a população de cada aldeia tupinambá variava entre 500 e 3.000 índios. A reavaliação do tamanho da população indígena de todo o continente americano vem sendo feita, nos últimos vinte anos, por pesquisadores de demografia histórica, influenciados pela chamada Escola de Berkeley (EUA). Até então, as estimativas eram um palpite, um “ato de fé” e, por isso, variavam muito, de acordo com a ideologia de seus autores. Aqueles interessados em minimizar o papel do colonizador no extermínio dos índios faziam sempre cálculos por baixo, ao contrário dos outros que faziam estimativas exageradamente altas. A chamada Escola de Berkeley desenvolveu com bastante sucesso novas técnicas, mais rigorosas, para abordagem do assunto: a combinação de fontes históricas com evidências arqueológicas, ecológicas e etnográficas; o controle cruzado das notícias de duas ou mais fontes sobre a mesma questão; o cálculo de taxa de despovoamento; o estudo dos *habitats* e dos padrões de subsistência; a estimativa de densidade populacional e o uso de métodos de projeção. Para a área do Rio de Janeiro, esses estudos estão ainda em fase muito embrionária.



Ataque dos Tupinambá aos Tupinikin, descrito por Hans Staden (Théodore de Bry)

Como Viviam

4

As duas primeiras famílias lingüísticas - **Tupi** e **Puri** - reúnem os povos historicamente mais importantes do Rio de Janeiro, que ocuparam vastas extensões do seu território. Eles contribuíram decisivamente para a formação étnica do povo fluminense. Por isso, é necessário estudá-los, saber como é que viviam e identificar a herança que nos deixaram. O estado atual das informações que temos sobre eles é ainda precário, incompleto e contraditório, levando a encarar com cautela as generalizações. Trata-se de um conhecimento em processo de construção. Considerando essas limitações, podemos resumir algumas características mais importantes encontradas em alguns povos dessas duas famílias lingüísticas.

A Família Tupi

4.1

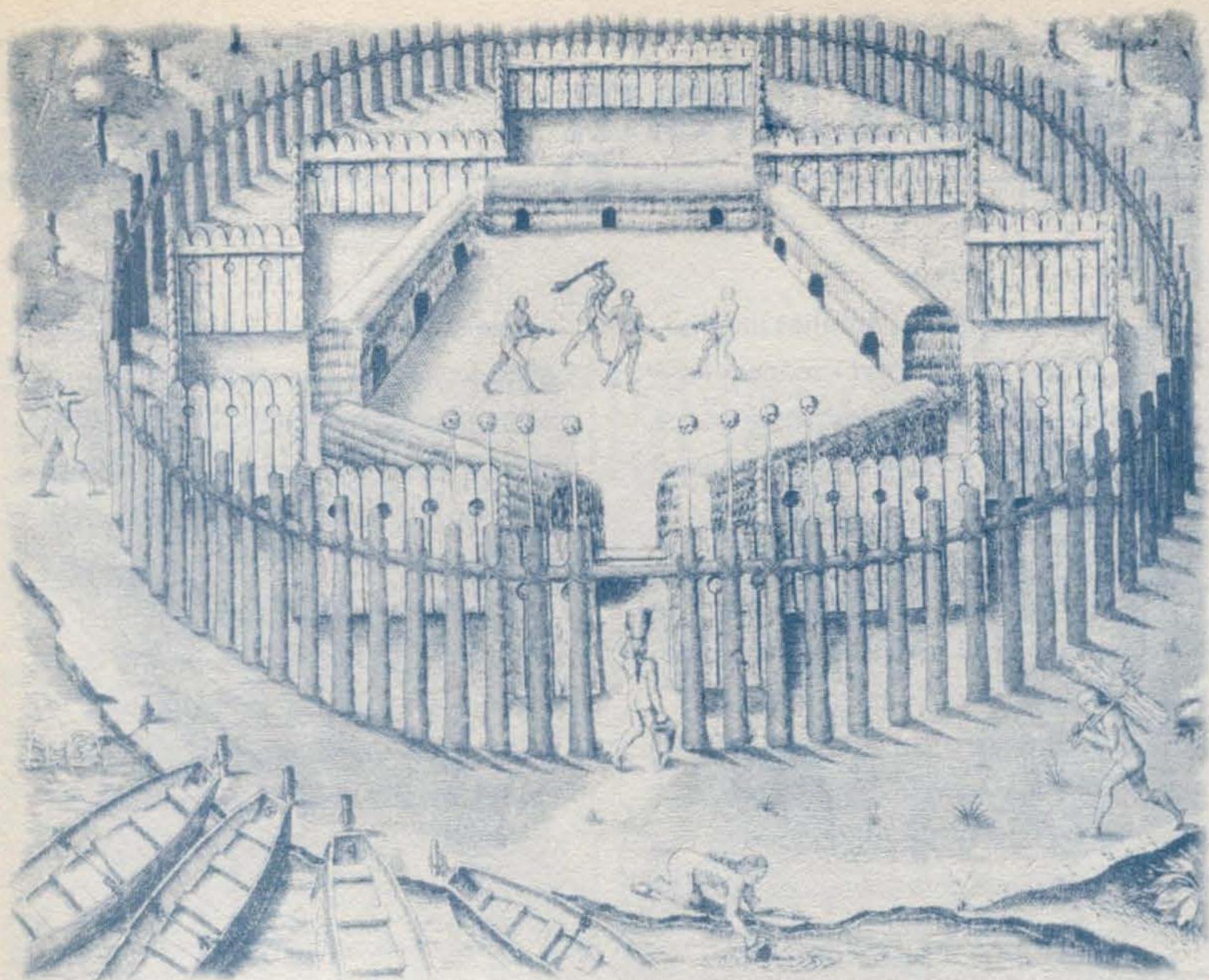
Os povos **Tupi**, que habitavam o litoral, foram os primeiros a entrar em contato permanente com os colonizadores portugueses e com as expedições francesas ao Brasil.

Cronistas, viajantes, missionários, governadores, ouvidores e autoridades coloniais deixaram crônicas, relatos,

cartas e outros documentos, com descrições detalhadas sobre como viviam, sobretudo os Tupinambá: suas malocas e aldeias, o tipo de agricultura que praticavam, os instrumentos de trabalho, as técnicas de fabricar canoa e de navegar, as armas que usavam nas guerras intertribais, as alianças, as formas de tratar os prisioneiros, seus rituais e crenças, sua organização social e política. Por isso, os tupi foram mais estudados e são mais conhecidos que outros povos.

Viviam em aldeias ou tabas, compostas de quatro a oito malocas, que eram habitações retangulares, grandes e sem divisões internas, dispostas em círculo e protegidas por uma cerca ou paliçada. No centro da taba ficava um pátio ou uma praça, onde faziam suas reuniões e assembleias.

Essas aldeias, em geral, estavam localizadas em terras férteis, perto da floresta e do rio, para facilitar a agricultura, a caça e a pesca. Cultivavam, em grandes roças comunitárias, mandioca, milho, abóbora, feijão, amendoim, tabaco, pimenta e muitas árvores frutíferas. Plantavam e teciam o algodão, com o qual faziam suas redes de dormir. Fabricavam cestas de cipó, panelas e vasos de



Estrutura de uma aldeia Tupinambá, com cenas da vida cotidiana (Théodore de Bry)

barro, machados de pedra, facas de casca de tartaruga, agulhas de espinhas de peixe, e muitos instrumentos musicais de sopro e percussão.

Segundo os depoimentos dos missionários, eram povos alegres, apaixonados pela música e pela dança. Pintavam o corpo e enfeitavam-se com colares feitos de conchas marinhas, penas coloridas de aves e outros produtos.

Todas essas atividades só podiam ser realizadas porque os povos Tupi dominavam um vasto campo de conhecimentos. Os antigos Tupinambá, por exemplo, tinham noções de astronomia e podiam

prever as chuvas e as grandes marés, observando as estrelas, a lua e o sol. Na área da ecologia, conheciam as relações entre os seres vivos e o meio ambiente, os hábitos dos animais, os locais que freqüentavam, as trilhas que percorriam e a época de amadurecimento dos frutos que lhes serviam de alimento. Acumularam saberes sobre a propriedade medicinal dos vegetais. Realizavam experimentos genéticos com as plantas, selecionando sementes e testando hipóteses para melhorar as espécies. Classificaram o mundo natural, com um rigor equivalente ao realizado pelos europeus nos

campos da biologia, botânica e zoologia. Observadores cuidadosos da natureza, os índios produziram ciência.

Os mitos, a religião e o sistema de crenças dos povos Tupi foram documentados sobretudo pelos cronistas do século XVI e estudados até os dias de hoje. Hans Staden, um alemão que entendia de artilharia e de canhões, passou nove meses e meio como prisioneiro dos Tupinambá, na região de Angra dos Reis. Deixou um relato clássico, escrito em 1554, no qual descreve os lugares onde esteve, as relações entre os membros da aldeia e os vizinhos, os costumes, as alianças, a morte ceremonial de prisioneiros de guerra e o canibalismo, que era uma prática relativamente corrente, socialmente aceitável e até mesmo valorizada entre alguns grupos indígenas.

Matar publicamente um inimigo era o acontecimento central, numa sociedade onde a vingança socializada era a instituição por excelência.

Mais informações podem ser encontradas nas crônicas portuguesas, especialmente nas de Pero Magalhães Gândavo (1557) e Gabriel Soares de Souza (1587), nos relatos dos franceses André Thevet (1558) e Jean de Léry (1578) e em estudos contemporâneos como os

trabalhos pioneiros de Alfred Métraux e Florestan Fernandes, entre outros, e os de Carneiro da Cunha e Viveiros de Castro. (ver Bibliografia).

A Família Puri

4.2

Os índios da **família Puri** não são tão conhecidos como os da família Tupi. Os documentos sobre cada um deles foram escritos em momentos históricos diferentes, na medida em que iam entrando em contato com os colonizadores. Cada autor observou aspectos que mais lhe interessavam sobre os principais grupos, entre os quais se destacam os índios que falavam as línguas Goitacá, Guarulho, Puri, Coroadó e Coropó, sobre quem reproduziremos algumas breves notícias.



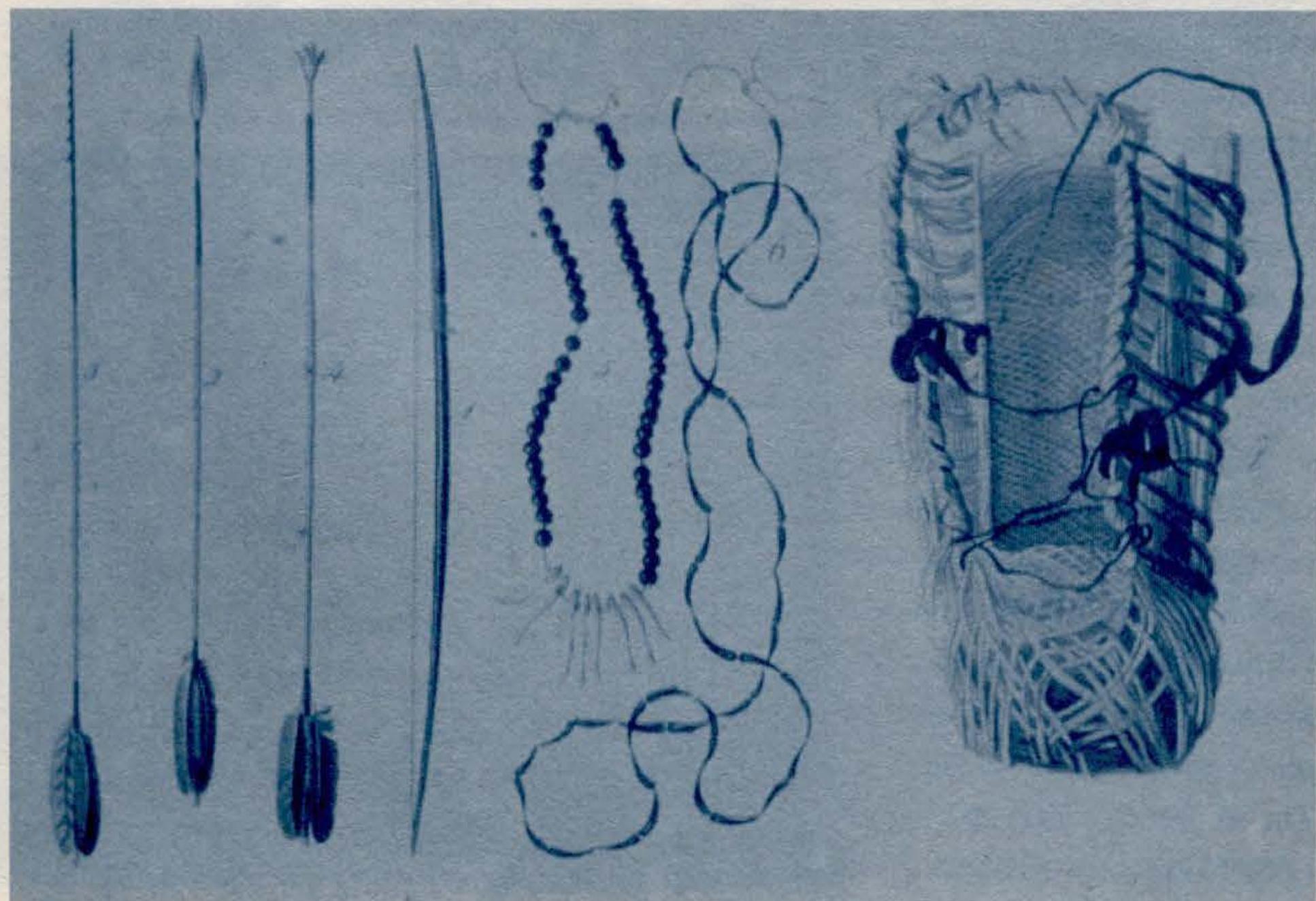
Uma maloca Puri (Príncipe Maximilian Wied-Neuwiede)

Os Goitacá

Os Goitacá do litoral, por exemplo, desde os primeiros momentos da colonização entraram em conflito armado com portugueses e franceses. Por isso, são mencionados nas crônicas do século XVI. No entanto, como regra geral, os autores que escreveram sobre esses índios não tiveram um contato direto e pessoal com eles. Limitaram-se a anotar informações de segunda mão, obtidas com índios tupi ou com colonos que os combatiam. Os Goitacá foram extermínados e desapareceram do mapa do Rio de Janeiro, sem deixar o registro escrito de uma só palavra da sua língua.

A documentação histórica informa que os Goitacá eram guerreiros robustos

e altos, ou, como escreve Simão de Vasconcelos, “*gente agigantada, membruda e forçosa*”. Manejavam o arco e a flecha com uma agilidade extraordinária. Destacavam-se pela habilidade em nadar e pela velocidade em correr. Sua pele tinha uma cor um pouco mais clara do que a dos seus vizinhos Tupinambá. Usavam cabelos compridos, descendo pelas costas, mas raspavam a parte da frente da cabeça. Habitavam em pequenas cabanas de palha. Praticavam a agricultura de coivara, plantavam milho e vários tipos de tubérculos, mas não cultivavam a mandioca, como os Tupinambá. Enterravam seus mortos em igaçabas lisas, ovóides e cinzentas, sem ornamentos.



Armas, apetrechos e instrumentos dos índios Puri (Príncipe Maximilian)

Os Guarulho

Já os índios **Guarulho ou Guaru**, conhecidos também na época como *Guaruçus* ou *Gessaruçus*, foram descritos pela primeira vez numa carta do padre Salvador do Vale, datada de 12 de setembro de 1648. Os Guarulho viviam na floresta, do outro lado da Serra dos Órgãos, nas margens dos rios Piabanga e Paraíba, quando foram contatados e convencidos pelos jesuítas a abandonarem suas terras e se mudarem para o litoral. Vale a pena transcrever um pequeno trecho da carta do missionário, escrita no português da época:

“São os Gessaruçus gente comumente limpa, e mais bem apessoada que as outras nações (...). Vivem como em comunidade, governam-se por um principal a quem exactamente obedecem. Costuma êste tôdas as manhãs, ao romper da aurora, pregárlhes na sua língua, incitando-os a que trabalhem para sustentar a vida. Acodem a esta admoestaçao, plantando legumes, para cujo aprêsto lhes deu a natureza industriosa uns paus com que rasgam a terra, vindo a não fazer falta a polícia da arte com seus artificiosos instrumentos. Não tem outro vestido mais que o que lhes deu a natureza”.

O missionário, autor da carta, acha os costumes dos Guarulho um pouco mais refinados que os de outros povos, com quem viviam em guerra. Descreve-os como muito valentes. Conta como foi celebrada a primeira missa na aldeia do rio Piabanga e narra o deslocamento de 400 deles para a Aldeia de Cabo Frio, no litoral, onde se submeteram ao sistema de catequese dos jesuítas. Eles também, como os Goitacá, desapareceram do mapa, sem deixar uma só palavra de sua língua.

Os Puri, Coroado e Coropó

Este não foi o caso dos **Puri, Coroado e Coropó**, cujos vocabulários foram registrados por alguns estudiosos no



Índios Puri (Johann Moritz Rugendas)

século XIX. Durante muito tempo, esses índios mantiveram entre si relações belicosas, apesar de falarem idiomas muito parecidos, com tantas afinidades lingüísticas, como o português com o espanhol.

No plano cultural, tinham também muitos pontos em comum e algumas diferenças. Como habitavam o interior, na bacia do Paraíba e seus afluentes e ocupavam territórios localizados em várias serras, de difícil acesso, não tiveram contato direto e sistemático com o europeu nos dois primeiros séculos de colonização. Só tardivamente, no século XVIII, são escritos os primeiros documentos, dando notícias deles. Alguns grupos vão ser encontrados apenas no século passado.



Índios Coroado e Coropó (J. M. Rugendas)

O nome **Puri** é, na verdade, uma designação pejorativa, dada a esse povo pelos seus vizinhos, os índios Coroado, com quem viviam em guerra. Este apelido acabou ficando como a identidade definitiva.

Já o nome **Coroado** é também um apelido, criado pelos portugueses, por causa do corte de cabelo desses índios, que apresentavam uma tonsura circular na parte mais alta e posterior da cabeça, como os frades franciscanos.

Não se tem notícia da origem da palavra **Coropó**, mas existem algumas descrições sobre eles.

Os **Coropó**, encontrados em abril de 1818 por dois cientistas alemães, Spix e Martius, do lado do território de Minas Gerais, “eram todos de estatura mediana, de ombros e de queixos largos, muito magros, sobretudo na barriga das pernas”. Os **Puri**, visto pelos mesmos viajantes, tinham o porte baixinho, a pele de um vermelho-pardo, o cabelo negro de carvão, a cara larga e angulosa e “os olhos pequenos, oblíquos e inconstantes”. Quanto aos **Coroado**, foram descritos como robustos e atarracados, com ombros largos, pescoço curto e grosso, os dentes muito alvos com os incisivos bem alinhados e os caninos salientes.

Segundo documentos escritos por alguns observadores, esses três povos, ao contrário dos Tupi, não eram grandes agricultores. Pratica-

vam uma agricultura muito simples. No século XIX, os **Coropó**, já em contato com a população regional do norte-fluminense, cultivavam milho, abóbora, banana, cará, feijão e algumas árvores frutíferas, criavam galinhas e possuíam cachorros. No entanto, os **Coroados** eram, dos três, os que mais se ocupavam de tarefas agrícolas, dominavam técnicas mais elaboradas de cozinha e eram considerados bons oleiros e ceramistas. Fabricavam potes, cãntaros, jarros, gamelas, alguidares, utensílios como peneiras de vime, cestas de palhas de várias formas e tamanhos, semelhantes às fabricadas pelos Tupi, e cuias. Preparavam farinha de milho em pilão cilíndrico de madeira. Os **Puri**, que plantavam pouco, eram acusados de roubar as roças tanto dos Coropó e Coroados, como também dos sitiados, moradores e fazendeiros.

Nas descrições sobre os modos de vida desses povos, pouca coisa se fala relacionada ao uso de canoas ou às atividades de pesca. Desconheciam o anzol e pegavam peixes com flecha e compridos arpões. Mas a pesca parece ter tido uma importância secundária para eles, diferentemente da caça. Os **Puri** e os **Coroados** são apresentados sempre como excelentes caçadores e hábeis rastreadores, empregando os mais variados métodos de caça que envolviam o



Dança dos índios Puri (J. M. Rugendas)

uso de alçapão, arapucas, laços, armadilhas diversas, arcos feitos da palmeira airi ou brejaúba com arco de fibra de tucum e flechas e lanças feitas de taquara.

As casas dos **Puri** eram cabanas cobertas de palha, de construção simples. As malocas coletivas dos **Coroados**, que abrigavam até 40 pessoas, tinham construção mais elaborada. A aldeia dos Coroados visitada por Spix e Martius, por exemplo, era formada por casas erguidas sobre quatro pilares. *“As paredes, de ripas leves amarradas com cipós e às vezes rebocadas com barro, tinham de dois lados aberturas da altura de um homem, munidas de portas móveis de folhas de palmeira”.*

Enquanto os Coroados dormiam em redes de algodão, os Puri usavam redes

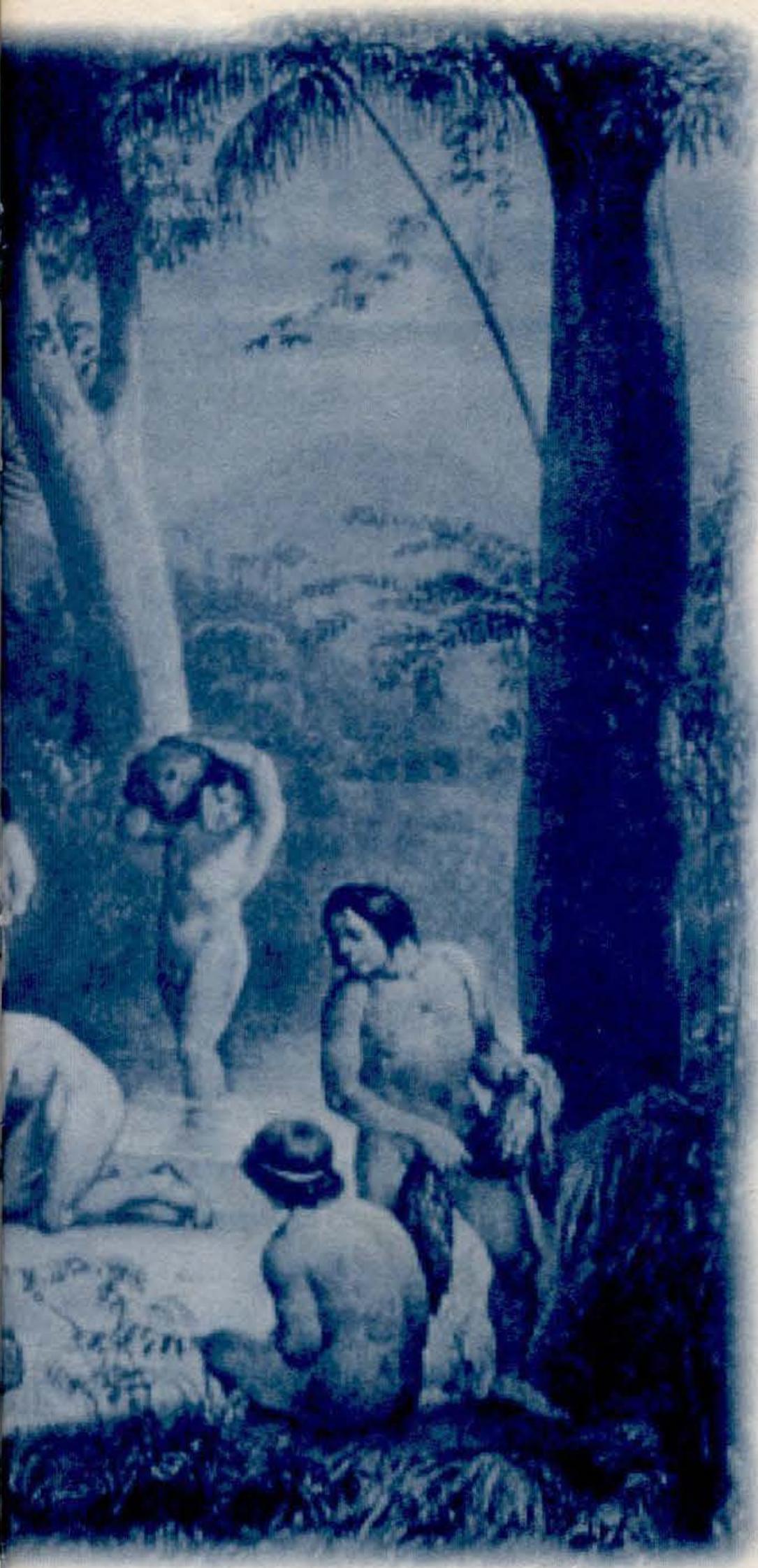


Ritual funerário indígena (J. M. Rugendas)

de fibra de imbaúba. Alguns grupos Puri raspavam toda a cabeça; outros cortavam o cabelo à altura da nuca. Mas tanto os Puri, como os Coroadó e os Coropó pintavam-se de vermelho com urucum e de preto com jenipapo, realizando ainda

diferentes tipos de tatuagem no corpo. Usavam cocares de penas coloridas, colares, braceletes e pulseiras de dentes de animal e sementes de plantas.

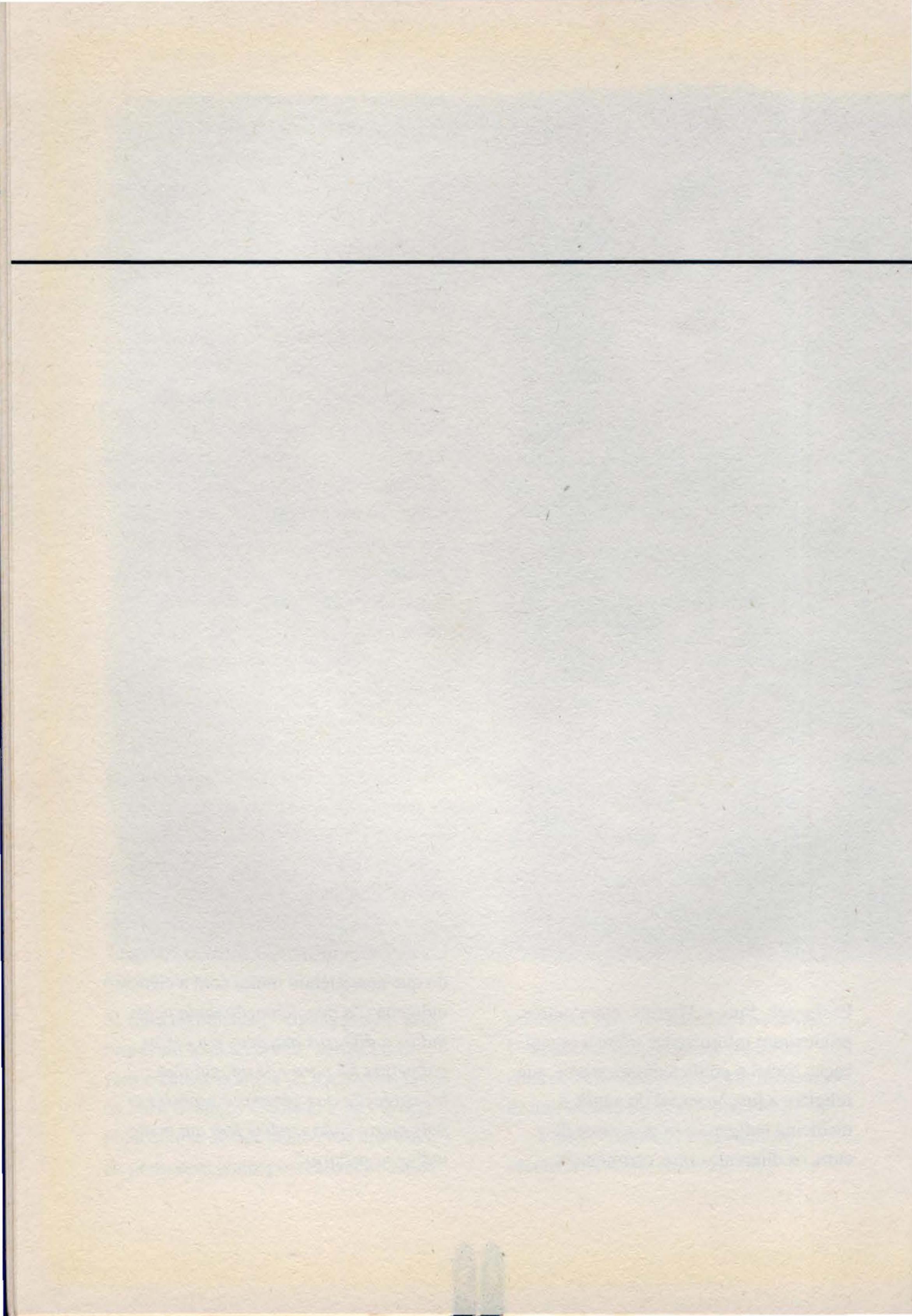
Vários viajantes e cientistas do século XIX como Saint-Hilaire,



Eschwege, Spix e Martius, entre outros, produziram informações sobre a organização social e política desses povos, sua religião, a função social do xamã, a medicina indígena e os processos de cura, os diferentes ritos cerimoniais

realizados no nascimento, casamento e morte, as atividades lúdicas e artísticas, as danças, cantos e instrumentos musicais. O Museu de Viena guarda um instrumento de sopro dos Coroados. (Ver Bibliografia).

O cientista alemão Martius, que era botânico, e seu colega Spix, que era zoólogo, manifestaram, em diferentes momentos, a sua admiração pela “infalível memória” dos índios da **família lingüística Puri**, reconhecendo o profundo saber que possuíam e o sofisticado sistema de classificação que elaboraram: “*Eles (os índios Puri) sabiam designar quase que todos os animais, todas as árvores, todas as ervas do mato, com o nome próprio e davam informações minuciosas sobre a utilidade de cada um*”. As palavras usadas nas línguas indígenas para designar animais e plantas foram consideradas pelos dois cientistas como sendo de “grande exatidão” e tão expressivas que permitiam ver facilmente “o parentesco das coisas da natureza entre si”. Os dois cientistas elogiaram a capacidade de observação e o conhecimento completo que esses índios possuíam sobre as propriedades físicas e químicas de seu ambiente botânico, confessando que aprenderam muito com a ciência indígena: “*a denominação dada pelos índios a diversos macacos e a certas palmeiras foi para nós um guia na investigação dos gêneros e espécies, pois quase cada espécie tem um nome indígena próprio*”.



① Povo Fluminense e a Herança Indígena

5

Apenas uma pequena parte deste saber produzido pelos índios das famílias lingüísticas tupi e puri foi registrada. Todos os grupos indígenas que viviam no Rio de Janeiro foram extintos, antes mesmo que tivéssemos um conhecimento mais profundo de como viviam e sem que nos apropriássemos de muitos saberes vitais por eles produzidos.

Trata-se de uma perda irreparável, pois como explica o etnobiólogo norte-americano Darrell Posey, “*com a extinção de cada grupo indígena, o mundo perde milhares de anos de conhecimentos acumulados sobre a vida e a adaptação a ecossistemas tropicais*”.

Nesse processo, no entanto, nem tudo se perdeu. Esses índios acabaram legando a nossa civilização alternativas de

sobrevivência nos trópicos, transmitindo-nos os inventos adaptativos que desenvolveram em milhares de anos, concretizados nos métodos de plantar, caçar e pescar.

Como escreve Darcy Ribeiro, “*eles cultivavam, habitualmente, em suas roças, umas quarenta plantas que são até hoje o sustento básico de nosso povo, como é o caso da mandioca, do milho, do amendoim, dos feijões e de muitas outras plantas. Domesticaram, também, dezenas de árvores, úteis, de onde tiravam o caju, o abacaxi, o pequi, o urucum, etc*”.

Deram, portanto, contribuição fundamental para a formação do povo brasileiro, fluminense e carioca, num processo histórico conflitivo, quase sempre violento, que merece ser melhor estudado.

Anexos

LEITURA COMPLEMENTAR

Jean de Léry (1534-1611), nascido na França, sapateiro, estudante de teologia e missionário calvinista, embarcou com outros artesãos para o Brasil, como membro da expedição de Villegagnon. Escreveu um relato, cuja primeira edição é de 1578, narrando as experiências malogradas do projeto da França Antártica. Trata-se de um documento histórico e etnográfico valioso, com dados sobre a cultura tupinambá, incluindo o registro de dois cantos tupis, considerados os documentos mais antigos da música indígena. O seguinte trecho foi retirado do cap. VIII do seu livro “Viagem à Terra do Brasil” (pp.111-112).

“Direi, inicialmente, a fim de proceder com ordem, que os selvagens do Brasil, habitantes da América, chamados Tupinambás, entre os quais residi durante quase um ano e com os quais tratei familiarmente, não são maiores nem mais gordos do que os europeus; são porém mais fortes, mais robustos, mais entroncados, mais bem dispostos e menos sujeitos a moléstias, havendo entre eles muito poucos coxos, disformes, aleijados ou doentios. Apesar de chegarem muitos a 120 anos (sabem contar a idade pela lunação) poucos são os que na velhice têm os cabelos brancos ou grisalhos, o que demonstra não só o bom clima da terra, sem geadas

nem frios excessivos que perturbem o verdejar permanente dos campos e da vegetação, mas ainda que pouco se preocupam com as coisas deste mundo. E de fato nem bebem eles nessas fontes lamacentas e pestilenciais que nos corroem os ossos, debilitam a medula, enfraquecem o corpo e consomem o espírito, essas fontes em suma que, nas cidades, nos envenenam e matam e que são a desconfiança, a avareza, os processos e intrigas, a inveja e a ambição. Nenhuma dessas coisas os inquieta e menos ainda os apaixona e domina, como adiante mostrarei. E parece que haurem todos eles na fonte da Juventude”.

O botânico alemão Karl Friedrich Philipp von **Martius** (1794-1868) e seu colega zoólogo Johann Baptist von **Spix** (1781-1826) fizeram parte da expedição científica que acompanhou a imperatriz D. Leopoldina ao Brasil. No período de 1817 a 1820, os dois pesquisadores alemães percorreram várias regiões do País, entrando em contato com muitos grupos indígenas, entre os quais os Puri, Coroado e Coropó do vale do Paraíba, de quem recolheram vocabulários, descrevendo suas respectivas culturas. O seguinte trecho foi extraído do livro “Viagem pelo Brasil”, Tomo I, p. 200 e 206.



Dança dos Puri documentada por Spix e Martius

“No dia após nossa chegada a Guidoval, havia aparecido aí também um bando de Puris, que andavam errantes por estes lados. Eles rondavam tímidos as casas; ganharam afinal coragem para

entrar e, depois de lhes ofertarmos uns presentinhos, pareciam dar-nos confiança e ficar de boa vontade perto de nós”(...)

“Os índios pouco adoecem e, em geral, chegam a idade avançada, a qual

muito raras vezes é indicada pelos cabelos brancos. Freqüente é morrerem de algum incidente ou violências. São sujeitos comumente a inflamações dos olhos e internas, a doenças de fígado, diarréias, disenteria e malária que se atribuem geralmente ao seu modo de vida nas matas úmidas e brumosas. Segundo opinam os portugueses, a inflamação dos olhos é produzida pelo uso da carne de anta. Entre os índios, que não se associam com os imigrantes, não há vestígio algum de sífilis, ou bexigas, sarampo; se, porém, lhes é levado o contágio dessas doenças, propagam-se com a máxima rapidez, e facilmente dão cabo deles. O seu mais importante meio de cura consiste em repouso e dieta. Logo que adoecem de

qualquer maneira, acendem fogo perto da rede, deitam-se e ficam quietos durante muitos dias, observando jejum todo o tempo. Agravando-se o mal, chamam o pajé; este trata a parte doente com fumigações, com fricções de certas ervas, fomentações com saliva, massagem, soprando e cuspindo em cima. Dores devidas a ferimentos, suportam-nas os índios com incrível insensibilidade e, quando necessário, se sujeitam, sem receio, a abundantes sangrias ou à amputação de um membro. Eles praticam a punção da veia, dardejando sobre o braço uma flechazinha com ponta de cristal, lançada por um pequenino arco. As escarificações são feitas com uma lasca de cana pontuda ou com uma pederneira bem afiada".

CRONOLOGIA DO PERÍODO

1502 - A primeira expedição que explora o litoral fluminense descobre a baía da Guanabara.

1503 - Gonçalo Coelho estabelece a primeira feitoria, onde hoje fica a praia do Flamengo.

1504 - Estabelecimento de feitoria em Cabo Frio.

1504-1530 - Corsários franceses, traficantes de pau-brasil, incursionam pelo litoral fluminense.

1531 - A expedição colonizadora de Martim Afonso de Souza aporta na Guanabara.

1545 - Os índios Goitacá destroem a Vila da Rainha, na Capitania de São Tomé.

1553 - O governador-geral Tomé de Souza chega ao Rio com o jesuíta Manoel da Nóbrega.

1555 - Nicolas Durand de Villegagnon

aporta na Guanabara e funda a França Antártica.

1560 - O governador-geral Mem de Sá destrói o forte Coligny construído pelos franceses.

1565 - Fundação da cidade do Rio de Janeiro por Estácio de Sá.

1567 - Morte de Estácio de Sá na batalha contra os franceses, aliados aos tamoios.

1573 - José de Anchieta é designado reitor do Colégio dos Jesuítas no Rio de Janeiro.

1586 - Da Bahia, chegam os primeiros beneditinos para fundar o Mosteiro de São Bento.

1589 - Chegada dos Carmelitas ao Rio de Janeiro.

1599 - Quatro navios holandeses tentam invadir o Rio de Janeiro.

BIBLIOGRAFIA

I. Crônicas

Cardim, Fernão (1540?-1625): *Tratados da Terra e Gente do Brasil.* Edusp: São Paulo, Itatiaia: Belo Horizonte. 1980.

Gândavo, Pero de Magalhães (c.1540 - ?): *Tratado da Terra do Brasil. História da Província Santa Cruz.* Edusp: São Paulo, Itatiaia: Belo Horizonte. 1980

Léry, Jean de (1534-1611): *Viagem à Terra do Brasil.* Edusp: São Paulo, Itatiaia: Belo Horizonte. 1980

Sousa, Gabriel Soares de (1540-1592) : *Tratado Descritivo do Brasil".* Cia. Editora Nacional: São Paulo. 1939

Staden, Hans (c.1520 - ?): *Duas Viagens ao Brasil.* Edusp: São Paulo, Itatiaia: Belo Horizonte. 1975

Thevet, André (1502-1590): *As singularidades da França Antártica.* Edusp: São Paulo, Itatiaia: Belo Horizonte. 1978

Vasconcelos, Simão de (1597-1671): *Vida do Venerável Padre Joseph de Anchieta* INL: Rio de Janeiro. 1943

II. Relatos do Século XIX

Eschwege, Wilhelm Ludwig Von (1777-1855) : *Diário de uma viagem do Rio de Janeiro à Vila Rica, na capitania de Minas Gerais, no ano de 1811.* Imprensa Oficial: São Paulo. 1936

Saint-Hilaire, Auguste de (1779-1853): *Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais.* Edusp: São Paulo, Itatiaia: Belo Horizonte. 1975

Spix e Martius: *Viagem pelo Brasil: 1817-1820.* 3 vols. Edusp: São Paulo,

Itatiaia: Belo Horizonte. 1981.

III. Estudos sobre línguas indígenas

Ayrosa, Plínio: *Nota Prévia ao Colóquio de Entrada ou chegada ao Brasil, entre a gente do país chamada Tupinambá e Tupiniquim, em linguagem brasílica e francesa.* in Léry, Jean de: *Viagem à terra do Brasil.* Edusp: São Paulo, Itatiaia: Belo Horizonte. 1980.

Cunha, Antônio Geraldo da: *Dicionário histórico das palavras portuguesas de origem tupi.* Edições Melhoramentos/ INL: São Paulo. 1978

Edelweiss, Frederico: *Os Topônimos Indígenas do Rio de Janeiro Quinhentista.* Revista do IHGB, vol.275, pp.80-134.

Houaiss, Antônio: *O Português no Brasil.* Unibrade/Unesco: Rio de Janeiro. 1985

Loukotka, Cestmir: *Classification of South American Indian Languages.* Latin American Center - University of California. Los Angeles. 1968.

Nascentes, Antenor: *O linguajar carioca.* 2^a edição. Rio de Janeiro. 1953.

Nimuendaju, Curt: *Mapa Etno-histórico.* IBGE: Rio de Janeiro. 1981

Rodrigues, Aryon Dall'Igna: *Línguas Brasileiras. Para o conhecimento das línguas indígenas.* Edições Loyola: São Paulo. 1986

IV. Trabalhos com informações
sobre índios no Brasil e no Rio
de Janeiro

Borah, Woodrow: *The historical demography of Aboriginal and Colonial America: an attempt at Perspective.* UW Press: Madison. 1976

Carneiro da Cunha, Manuela (org): *História dos Índios no Brasil.* Companhia das Letras-Fapesp: São Paulo. 1992

Carneiro da Cunha, Manuela e Viveiros de Castro, Eduardo: *Vingança e Temporalidade: os Tupinambás.* Anuário Antropológico 85. Tempo Brasileiro: Rio de Janeiro. 1986

Clastres, Helène: *Terra sem mal: o profetismo tupi-guarani.* Brasiliense: São Paulo. 1978.

Dias, O. F. e Carvalho, E.T. : *Um possível foco de domesticação de plantas no estado do Rio de Janeiro.* Boletim do Instituto Arqueológico Brasileiro. Série Ensaios, 1. Rio de Janeiro. 1983

Fernandes, Florestan: *Organização Social dos Tupinambá.* 2º edição. Difusão Européia do Livro: São Paulo. 1963.

Leite, Serafim: *História da Companhia de Jesus no Brasil.* Tomo VI. INL-Livraria Portugália: Rio de Janeiro/Lisboa. 1945

Melatti, Julio Cesar: *Índios do Brasil.* Coordenada Editora: Brasilia. 1970

Métraux, Alfred: *A religião dos Tupinambás e suas relações com as das demais tribos Tupi-guaranis.* Brasiliana. Vol.267. Cia. Editora Nacional: São Paulo. 1950

Posey, Darrell A. : *Etnobiologia: teoria e prática.* in Suma Etnológica, tomo I, Etnobiologia. Vozes/Finep: Petrópolis. 1986.

Ribeiro, Berta G. : *O Índio na Cultura Brasileira.* Unibrade-Unesco: Rio de Janeiro. 1987

Ribeiro, Darcy: *Diários Índios. Os Urubu-kaapor.* Cia. das Letras: São Paulo. 1996.

Os Índios Catequizados e as Aldeias de Repartição

Tupinambá - *Anga jabê peê rók? (As casas de vocês parecem com as nossas?)*

Francês - *Oikoé gatú (São muito diferentes)*

(Extraído do "Colóquio", de Jean de Léry, em língua tupinambá)



Comércio de pau-brasil e algodão, na Baía de Guanabara, entre franceses e Tupinambá (Théodore de Bry)

① Projeto Colonial

1

No século XVI, o comércio europeu cresceu consideravelmente, ampliou o volume e a variedade das mercadorias comercializadas e dilatou as fronteiras por áreas geográficas até então excluídas do seu alcance. Essa expansão atingiu os territórios ocupados pelos povos indígenas no continente americano, incluindo as terras reivindicadas por Portugal.

Nas primeiras décadas, a Coroa Portuguesa organizou, por um lado, expedições de reconhecimento e de defesa da costa brasileira freqüentada por aventureiros franceses, ingleses e espanhóis, que vinham traficar o pau-brasil com os índios; por outro, concedeu a alguns comerciantes o privilégio da exploração desta madeira, abundante no litoral fluminense, cuja comercialização exigia a construção de pequenos acampamentos e feitorias provisórias.

A documentação histórica menciona feitorias criadas desde os primeiros momentos, duas delas em 1503: uma em Cabo Frio, por Américo Vespúcio; outra por Gonçalo Coelho, provavelmente onde hoje fica a praia do Flamengo.

Mas as primeiras medidas efetivas de povoamento europeu da colônia só foram tomadas na década de 1530, com a

adoção do sistema de capitanias hereditárias. A Coroa Portuguesa dividiu as terras habitadas pelos índios do litoral em grandes lotes, repartindo-os entre portugueses cristãos.

Esses novos senhores - os donatários - podiam explorar as riquezas da capitania, fundar vilas, nomear ouvidores e tabeliães e arrecadar dízimos. Detinham a posse de 20% do total das terras, devendo o restante ser loteado e concedido a terceiros - homens de muita posse e família - sob o sistema de sesmarias. As Cartas de Doação concediam ainda aos donatários o privilégio de escravizar índios, permitindo-lhes *“cativar gentios para seu serviço e de seus navios”*.

Desta forma, a Coroa Portuguesa garantia terras e braços para os colonos, esperando que eles defendessem a costa brasileira, promovessem migrações para diversificar e ampliar o seu povoamento e tornassem essas terras agricultáveis com seus próprios recursos, desonerando o rei da realização exclusiva de tais tarefas.

O território do atual Estado do Rio de Janeiro estava incluído em duas capitaniias: 1) na de São Tomé, ao norte, doada a Pero de Góis, que depois mudou o nome para Capitania de Paraíba do Sul; 2) na

Capitania de São Vicente, doada a Martim Afonso de Souza, em um dos lotes que, depois da expulsão dos franceses em 1565, foi incorporado à Coroa com o nome de Capitania do Rio de Janeiro.

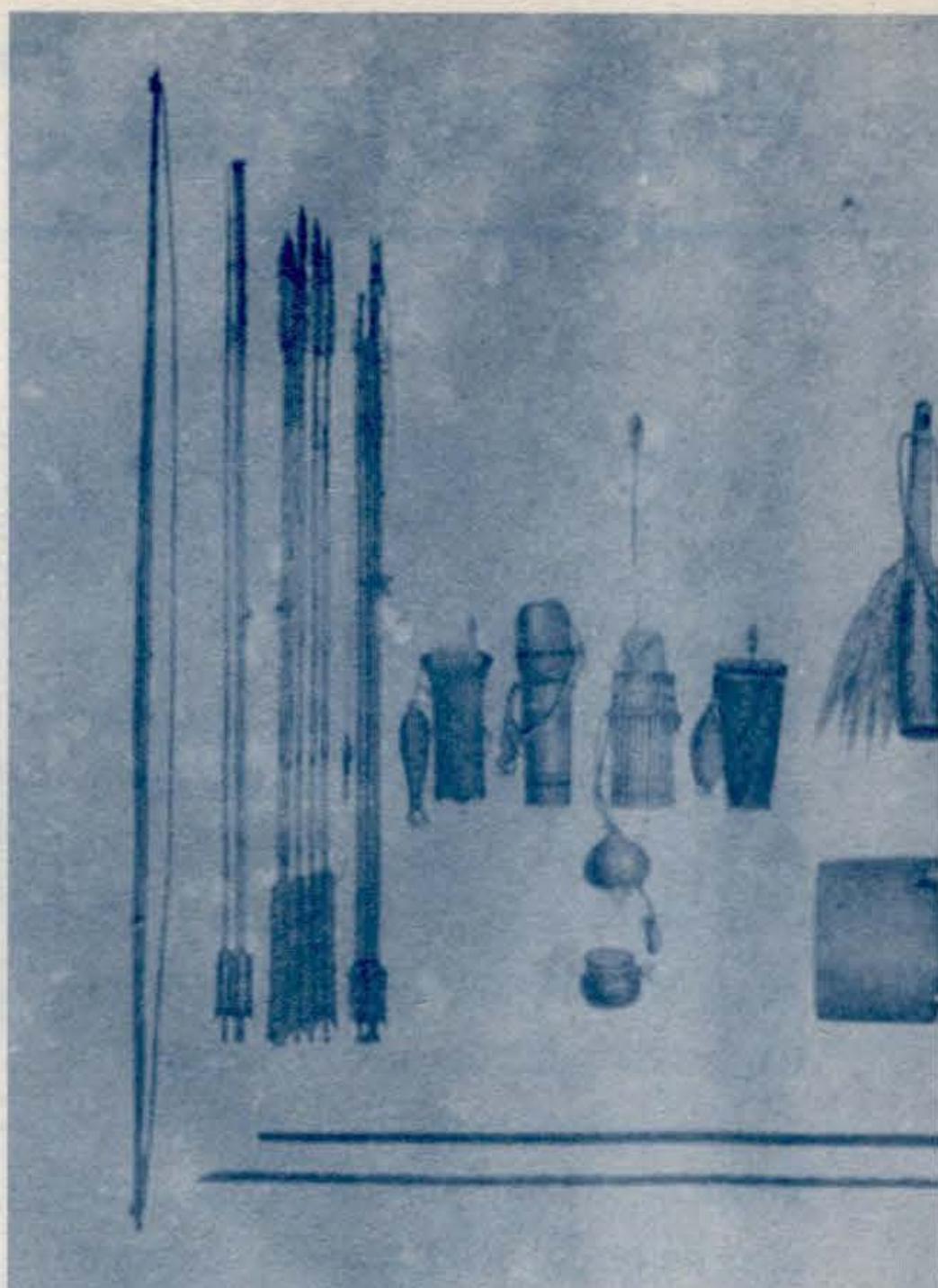
O desenvolvimento deste projeto colonial exigia, pelo menos, duas alterações básicas de consequências dramáticas para os povos nativos do litoral: a expropriação de suas terras e o uso de sua força de trabalho, de forma compulsória.

Terra e trabalho

1.1

A primeira alteração foi logo efetivada através da violência, no contexto do conflito armado entre franceses e portugueses. Com a ajuda dos guerreiros tupinikim e temiminó, os portugueses derrotaram os franceses e seus aliados - os tupinambá. Os índios derrotados tiveram seus territórios invadidos, suas aldeias destruídas, suas terras ocupadas, loteadas e distribuídas.

O recôncavo da Guanabara, onde floresciam dezenas de aldeias indígenas, foi rapidamente retalhado em sesmarias e começou a ser ocupado por engenhos desde meados do século XVI. Com a fundação da vila de São Sebastião do Rio de Janeiro, vastas sesmarias foram concedidas para a constituição do patrimônio da cidade, incluindo parte

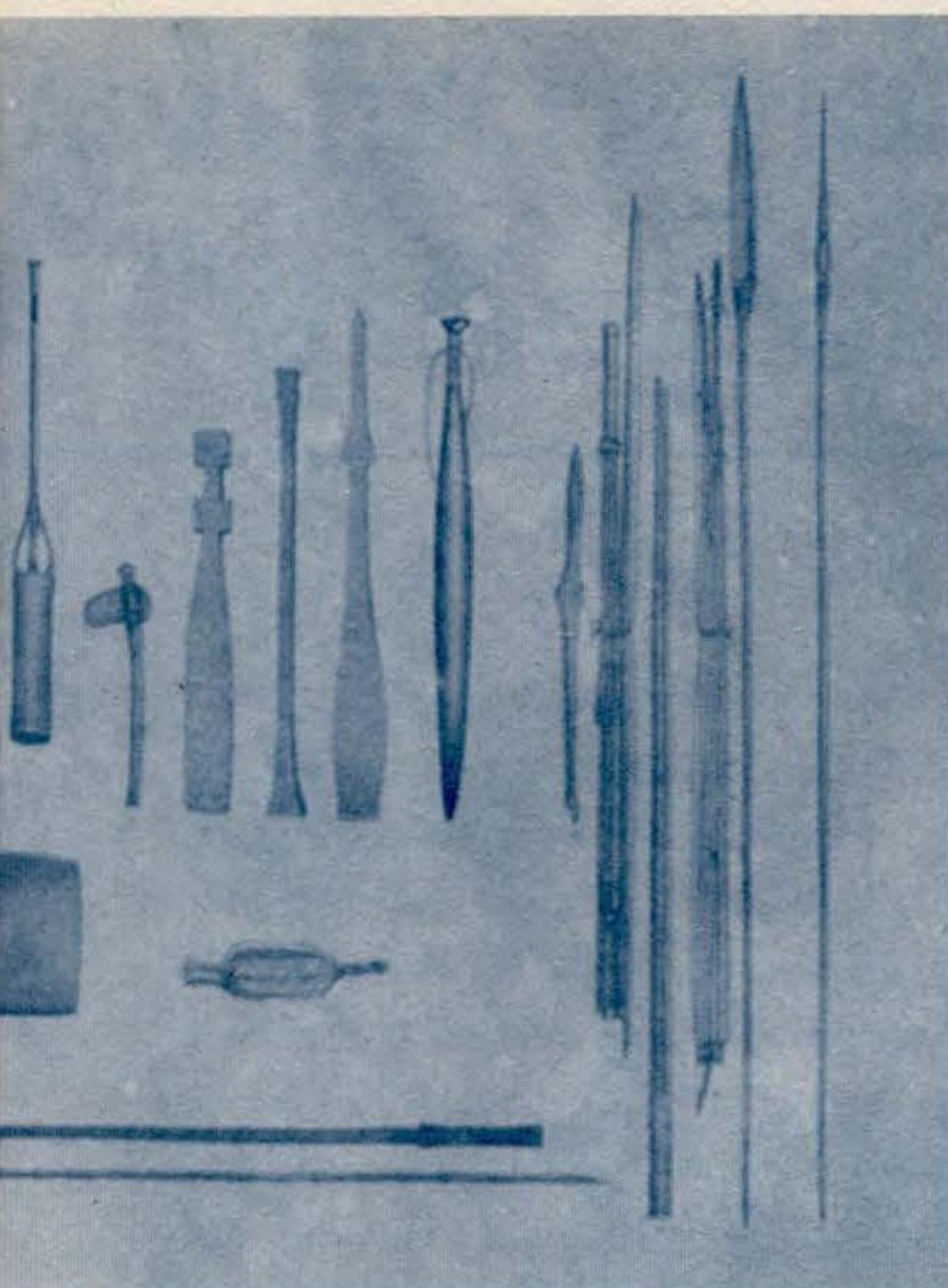


Armas indígenas (Spix e Martius)

da Baía de Guanabara e adjacências. Para fora do núcleo urbano, estendia-se uma zona agrícola e pastoril, com lavouras, engenhos e campos de pastagem.

No final do século, além das sesmarias concedidas a particulares, três dos quatro morros que marcariam os limites do centro urbano do Rio de Janeiro já estavam ocupados: o do Castelo, pelos jesuítas; o de São Bento, pelos beneditinos e o de Santo Antônio, pelos franciscanos, pouco sobrando das antigas aldeias.

A segunda alteração era também urgente, porque os índios, além de



soldados no combate aos franceses, constituíam nas primeiras décadas a única força de trabalho com a qual os colonizadores podiam contar na abertura de picadas e clareiras, na derrubada de árvores e seu transporte, na condução de canoas, na construção de feitorias, engenhos e fortalezas, nas olarias, na agricultura e até mesmo em todas as atividades de subsistência, incluindo as roças, a fabricação de farinha, a caça e a pesca. Sem o trabalho dos índios, os colonos não teriam sequer o que comer.

Mas essas duas alterações não foram feitas de forma pacífica. Os índios

ofereceram resistência à invasão de suas terras e às tentativas de escravizá-los, obtendo algumas vezes vitórias temporárias significativas.

Na Capitania de São Tomé, por exemplo, os Goitacá destruíram duas vezes a povoação e os engenhos de açúcar erguidos em seu território, obrigando o donatário Pero de Góis a abandonar a região.

No litoral sul, houve uma aliança dos tupinambá de muitas aldeias situadas em área pertencente hoje aos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, formando com outros índios o que ficou conhecido como a *Confederação dos Tamoios*.

No entanto, os portugueses conseguiram impor aos índios um regime de trabalho, regulamentado por uma legislação especial, nem sempre respeitada, que sofreu modificações ao longo de todo o período colonial.

Este sistema de trabalho previa três formas de recrutamento, ou seja, três modos diferentes de retirar o índio de sua aldeia de origem e levá-lo para a zona de ocupação européia: a *guerra justa*, o *resgate* e o *descimento*. As duas primeiras formas transformavam o índio em escravo, a última em “índio de repartição”, combinando assim dois tipos de relação de trabalho. É possível descrever de forma sucinta algumas características de cada um deles.



Transporte em rede realizado por dois índios (Carlos Julião)

A Escravidão Indígena: "Os Negros da Terra"

2

Quando se fala em escravo, todo mundo pensa logo no negro, trazido da África, não apenas porque ele foi o principal esteio da economia colonial nas principais regiões do país, mas também porque pouco se conhece sobre a escravidão indígena. Na realidade, os primeiros escravos do Brasil foram os índios, também chamados na documentação oficial de “*negros da terra*” ou “*gentio da terra*”.

No litoral brasileiro, não havia pessoas livres que aceitassem trabalhar em troca de um salário, nem um mercado onde se pudesse comprar gêneros alimentícios. Por isso, os portugueses argumentavam que a escravização dos índios era a única alternativa que tinham, tanto para organizar a produção destinada à exportação, como para garantir os gêneros de primeira necessidade necessários ao sustento da família de cada morador. Desta forma, o próprio reitor do Colégio Jesuíta no Rio de Janeiro, padre Gregório Serrão (1529-1586), justificou a escravização dos índios nessa época, alegando que não havia outra saída:

“*E porque não há gente de trabalho nestas partes para alugar por jornal, nem os materiais se acham de compra, nos é necessário têrmos muita escravaria e gente da terra, governada e mantida de nossa mão*”.

Havia duas formas de transformar em escravo aquele índio que vivia livremente em sua aldeia de origem. Obtinha-se escravos indígenas através da *guerra justa* e do *resgate*, ambas formas aprovadas pelo rei, abençoadas pela religião e executadas com o apoio dos colonos e até mesmo de índios aliados.

*As guerras justas:
os índios cativos*

21

A *guerra*, denominada impropriamente de *justa*, consistia na invasão armada dos territórios indígenas, pelas tropas de guerra, com o objetivo de capturar o maior número de pessoas, incluindo mulheres e crianças. Os índios assim aprisionados tornavam-se propriedade de seus captores ou eram vendidos como

escravos aos colonos, à Coroa Portuguesa e aos próprios missionários. Tratava-se, ao mesmo tempo, de uma operação de recrutamento da força de trabalho e de desalojamento dos índios de suas terras. Em carta ao governador Tomé de Sousa, de 5 de julho de 1559, o padre Manoel da Nóbrega reconhecia este duplo objetivo, ao recomendar que a terra e os índios que nela habitavam fossem repartidos entre aqueles colonos cristãos “*que os ajudarem a conquistar e senhorear*”.

A Coroa Portuguesa legalizou esta forma de obter escravos índios desde o Regimento a Tomé de Sousa, datado de 17 de dezembro de 1548. Nesse documento, D. João III recomendava que a guerra contra os Tupinambá os castigasse com muito rigor, “*destruindo-lhes suas aldeias e povoações e matando e cativando aquela parte deles que vos parecer que basta para seu castigo e exemplo*”.

Existe uma descrição detalhada da “guerra justa” organizada em 1575 contra um dos últimos focos de resistência Tupinambá, em Cabo Frio. A tropa de guerra, comandada pelo próprio governador Antônio Salema, contou com “*quatrocentos Portugueses e setecentos gentios amigos*”, segundo conta frei Vicente do Salvador. Invadiu várias aldeias, perseguindo os índios que fugiram para o mato, “*matando uns, capturando outros*”. Os mortos foram mais de mil e os prisioneiros cerca de quatro mil,



Festa dos índios Coroado (Spix e Martius)

repartidos como escravos entre os portugueses, “*apartando a mãe do filho e o filho da mãe; uns iam para São Vicente e outros para o Rio de Janeiro. Era tão grande o pranto que quebrava os corações de quem o ouvia*”. Os sobreviventes que escaparam da morte e do cativeiro migraram em todas as direções “*com espanto do que tinham visto*”.

As expedições realizadas por tropas de guerra, inclusive por iniciativa de particulares, foram tantas, que escaparam do controle oficial e exterminaram



uma parte significativa da população indígena do litoral, fazendo escassear a mão-de-obra. Deixaram de ser dirigidas exclusivamente contra os Tupinambá, aliados aos franceses, e acabaram atingindo indiscriminadamente até mesmo grupos que mantinham relações pacíficas com os portugueses, conforme reconhece o rei de Portugal, D. João III, em 1548:

“Eu sou informado que nas ditas terras e povoações do Brasil há algumas pessoas que têm navios e caravelões e andam neles dumas capitania para as

outras e que, por todas as vias e maneiras que podem, salteiam e roubam os gentios, que estão de paz, e enganosamente os metem nos ditos navios e os levam a vender a seus inimigos e a outras partes, e que, por isso, os ditos gentios se alevantam e fazem guerra aos cristãos”.

Por isso, a Coroa Portuguesa resolreu regulamentar as “guerras justas”, estabelecendo algumas condições, sem o cumprimento das quais a escravidão do índio se tornava ilegal e o cativeiro injusto. Uma lei de 20 de março de 1570, do rei D. Sebastião, determinou que só podiam ser escravizados os índios aprisionados naquelas “guerras justas” que fossem autorizadas pelo rei, contassem com a permissão do governador ou fossem feitas contra os índios *“que costumam saltear os Portugueses e a outros gentios para os comerem”*. Posteriormente, outras leis acrescentaram novos critérios, muito genéricos, permitindo a guerra justa contra os índios que atacassem os portugueses ou impedissem a propagação do Evangelho.

Essa não era, no entanto, a única forma legal de escravizar os índios. Havia outra: o *resgate*.

Os resgates: os “índios de corda”

22

O *resgate* era uma operação comercial realizada entre portugueses e índios

considerados amigos. Os portugueses davam mercadorias européias - ferramentas, miçangas e quinquilharias - e recebiam em troca índios prisioneiros de tribos aliadas, que haviam sido capturados durante as guerras intertribais. Os resgates constituiam, portanto, uma troca de objetos por índios.

No entanto, só podiam ser legalmente “resgatados” os chamados “índios de corda”, isto é, os índios prisioneiros de uma tribo que se encontravam presos e amarrados e que estavam destinados a ser comidos ritualmente. O resgate era apresentado assim como uma obra humanitária para salvar o índio condenado à morte. Como compensação pelos gastos realizados para salvar sua vida e sua alma, o índio resgatado era obrigado a trabalhar, como escravo, para o seu “salvador”. Observa-se na documentação histórica uma acentuada tendência dos portugueses em classificar o maior número de tribos como antropófagas - mesmo que não praticassem o canibalismo - para desta forma poder escravizar legalmente seus prisioneiros.

Durante todo o período colonial, a legislação variou, ora permitindo a escravização dos índios, ora probindo, ora restringindo, mas em nenhum momento conseguindo impedí-la, nem sequer quando os jesuítas tentaram executar a Bula do Papa Urbano VIII, de 1639, que excomungava os que vendiam e escravizavam índios. Nessa ocasião, os moradores portugueses e a Câmara do

Rio de Janeiro não hesitaram em rebelar-se contra os jesuítas, que para não serem expulsos da cidade, assinaram um acordo desistindo dos direitos que acreditavam ter sobre os índios.

No Rio de Janeiro, já no séc. XVII, mesmo depois da entrada de fortes contingentes de negros, a mão-de-obra indígena voltou a ser a principal alternativa para os engenhos, quando os holandeses invadiram Pernambuco, principal centro de produção açucareira, e ocuparam Angola e outros pontos da África portuguesa, provocando um colapso no abastecimento de mão-de-obra escrava africana. Os paulistas se encarregaram, então, do lucrativo comércio de índios, organizando bandeiras e expedições para caçá-los nas regiões mais distantes do país, inclusive em aldeias controladas pelos jesuítas, vendendo-os depois para os engenhos de Rio e São Paulo.

A escravidão dos índios vigorou em toda a América portuguesa até 1755, quando foi oficialmente abolida no Pará e no Maranhão pela Lei de 6 de junho daquele ano, cujos dispositivos foram ampliados para todo o Brasil pelo Alvará de 8 de maio de 1758.

Na segunda metade do séc. XVIII, o trabalho compulsório dos índios continuou, mas não mais sob a forma de escravidão. Esta só voltaria a existir legalmente, por um curto período de tempo, em pleno século XIX, com a chegada da família real ao Brasil, quando o Príncipe Regente, depois de fugir das

tropas napoleônicas, decretou guerra ofensiva aos Botocudo em Minas Gerais. Os índios presos nessa guerra foram distribuídos entre os oficiais e soldados da tropa, tornando-se escravos deles durante 15 anos, “*contados desde o dia em que forem batizados*”. O batismo e a escravidão aparecem assim unidos de uma forma muito clara no texto da lei. Essa legislação só começou a ser modificada a partir de 1831.

Qual foi a real importância dos índios escravos na economia colonial fluminense? Não foi feito ainda um levantamento rigoroso para responder esta pergunta. No entanto, alguns estudos recentes estão começando a reavaliar a contribuição da mão de obra indígena para a economia açucareira do

litoral. É o caso da pesquisa realizada por John Monteiro mostrando que “*foi justamente neste período - fase ainda incipiente do tráfico de escravos africanos - que houve a mais acentuada expansão açucareira*”.

De qualquer forma, as consequências desse processo são conhecidas. Os índios arrancados de suas aldeias e escravizados perderam - junto com a liberdade - a cultura, a vida comunitária e a própria identidade indígena. Os que sobreviveram e seus descendentes, destribalizados, sem terra, muitas vezes sem ter com quem compartilhar a própria língua, acabaram se confundindo com a população mestiça neo-brasileira. Um processo similar foi vivido pelos índios aldeados nas chamadas “aldeias de repartição”.



Casal de índios já catequizados (Carlos Julião)

A Repartição: Os Índios Aldeados

3

Escapavam da escravidão, embora não do trabalho obrigatório, todos aqueles índios que aceitassem abandonar suas aldeias de origem e desissem do seu modo de vida tradicional, sem oferecer resistência armada. Esses índios, considerados “índios de pazes” ou “índios amigos”, eram catequizados, batizados e aldeados em outras áreas, de onde eram periodicamente retirados para prestarem serviço aos colonizadores.

Ao sistema colonial, não interessava a dispersão dos índios em aldeias autônomas, espalhadas ao longo do litoral, mas a sua concentração em espaços localizados próximos aos núcleos produtivos sob o controle dos portugueses. Tratava-se de criar “celeiros” de mão-de-obra, de onde pudessem ser retirados os índios necessários para o trabalho e para a guerra. Essa foi uma necessidade sentida desde os primeiros momentos, conforme atestam diferentes documentos.

O Regimento a Tomé de Sousa, de 1548, onde estão definidas as diretrizes para o Governo Geral do Brasil, determina em seu penúltimo parágrafo que os

índios tornados cristãos não deviam continuar vivendo em suas aldeias de origem, misturados com outros índios não batizados. Recomenda a sua transferência para “*perto das povoações das ditas capitaniias, para que conversem com os cristãos e não com os gentios, e possam ser doutrinados e ensinados nas coisas de nossa fé*”. A operação responsável por essa mudança era chamada de *descimento*.

Os descimentos: as aldeias de repartição

3.1

Os *descimentos* eram expedições, em princípio não militares, realizadas por missionários, com o objetivo de convencer os índios que “*descessem*” de suas aldeias de origem para viverem em novos aldeamentos especialmente criados para esse fim, pelos portugueses, nas proximidades dos núcleos coloniais.

Esses aldeamentos missionários, chamados também de “*aldeias de repartição*”, estavam integrados ao sistema colonial, funcionando como uma espécie de “armazém” onde os índios, uma vez



Ação missionária em aldeia indígena (J. M. Rugendas)

descidos, eram estocados. Aí, depois de catequizados, eram alugados e distribuídos - repartidos - entre os colonos, os missionários e o serviço real da Coroa Portuguesa, para quem deviam obrigatoriamente trabalhar em troca de um pagamento, por um determinado período - que variou de dois a seis meses - findo o qual deveriam ser devolvidos à aldeia.

Por isso, a documentação oficial os registra como *índios de repartição*, ou ainda impropriamente como *índios livres* para melhor distingui-los dos *índios escravos*. Para eles, os jesuítas desembcados com o primeiro governador-geral deveriam criar aldeias especiais, que serviriam de núcleos de

cristianização e centros de “*conversão do gentio à nossa santa fé católica*”, conforme previsto por D. João III, que formula os princípios norteadores da catequese no Regimento a Tomé de Sousa.

Desrespeitando a localização das malocas tradicionais, as aldeias missionárias foram efetivamente situadas em locais próximos aos povoados portugueses. Possuíam uma igreja ou capela, uma escola e casas para cada família, bem diferentes das malocas comunitárias e da vida que os índios levavam em suas aldeias de origem. Seu objetivo principal era mesmo concentrar os índios, de nações e culturas diferentes, em um local de fácil acesso, onde pudessem ser

catequizados e “civilizados”, aprendendo os princípios da religião cristã e certos valores como obediência e disciplina, que os tornavam aptos para serem integrados ao sistema colonial como força de trabalho.

A ação catequista, inaugurada pelos jesuítas, é adotada por missionários de outras ordens religiosas como a dos capuchinhos, franciscanos e carmelitas. Durante todo o período colonial, houve uma disputa entre missionários - especialmente jesuítas - e moradores portugueses pelo governo das aldeias e a repartição dos índios. Quem controlava a distribuição da força de trabalho indígena, detinha um poder real de gerar riquezas.

No século XVI, os missionários administraram as aldeias com exclusividade, detendo o poder espiritual e o poder temporal sobre elas. No século XVII, quando a mão de obra indígena havia se tornado escassa, os padres tiveram que compartilhar o poder temporal com os colonos que, em vários momentos, obtiveram - e depois perderam - o direito de governar essas aldeias. Pela Lei de 1611, por exemplo, os descimentos continuavam exigindo a presença de um missionário, mas passaram a ser realizados com escolta militar e comandados por colonos que tinham a função de “*capitães de aldeia*”, com o poder de repartir os índios aldeados. Legislação posterior de 1639 devolveu o



Índios numa fazenda em São Paulo (J. M. Rugendas)

controle aos missionários, o que revoltou os moradores, que ameaçaram expulsar os jesuítas do Rio de Janeiro.

A legislação, determinando quem controlava os índios, mudava freqüentemente, mas a repartição nunca deixou de ser feita. Todos os índios aldeados, homens e mulheres em idade de trabalhar, eram obrigados periodicamente a prestar serviços dentro e fora da aldeia, num sistema rotativo em que uma parte dos índios trabalhava nas roças da aldeia, enquanto a outra parte exercia suas atividades fora dela, em geral nas plantações, fazendas e estabelecimentos dos moradores portugueses.

Como remuneração, os índios aldeados ganhavam alguns metros de pano de algodão, tecido pelas próprias índias. A condição de vida e de trabalho deles não diferia muito daquela dos índios escravos: jornada excessiva de até 14 e 16 horas, alimentação inadequada e insuficiente, castigos e maus tratos.

Por isso, sempre que podiam, fugiam das aldeias, cujo constante esvaziamento era causado em grande parte por essas fugas, mas também pelo fato de que muitos moradores não devolviam os índios às aldeias no prazo estipulado e criavam mecanismos para retê-los de forma permanente em seus estabelecimentos particulares.

Um desses mecanismos era o casamento. Os colonos casavam índias

escravas de sua propriedade com índios a eles alugados por alguns meses. No momento de devolvê-los à aldeia, recusavam-se a fazê-lo, alegando o vínculo sagrado do matrimônio. Essa forma paralela de transformar o *índio de repartição* em escravo tornou-se tão usual que, no final do século XVII, para coibí-la, o governador do Rio de Janeiro proibiu formalmente esse tipo de casamento, o que foi aprovado por Carta Régia de 30 de outubro de 1698.

O esvaziamento das aldeias obrigava a promoção de novos e constantes descimentos para repovoá-las, trazendo-se índios inclusive de outras capitâncias, como é o caso dos Tupinikin, deslocados do Espírito Santo para a ilha do Governador, no século XVI, ou dos 405 índios Carijó, descidos da região de Laguna, no litoral de Santa Catarina, em 1628, pelos jesuítas e instalados na aldeia de Guaratiba, segundo documentação estudada pelo padre Serafim Leite:

“O Governador do Rio, Martim de Sá, por terem descido por ordem de El-Rei e sua, mandou, a 21 de setembro de 1628, que se lhes desse mantimento e ferramenta por espaço de seis meses até os Índios lavrarem as terras e se podessem sustentar. Dois anos depois, a Aldeia podia dar 43 carijós, homens válidos, para as obras de defesa do Rio”.

A força militar e a força de trabalho

3.2

Muitas operações semelhantes a essa foram executadas pelos missionários com o apoio da Coroa Portuguesa, para garantir força militar e força de trabalho. Em tempo de guerra, as aldeias de repartição forneciam os soldados das tropas que defendiam o território dos ataques feitos aos portugueses. Em tempos de paz, forneciam os braços para a construção de fortalezas, obras públicas, abertura de estradas, engenhos e outros serviços.

O padre Antonio Vieira, em carta ao Marquês de Nisa, em 1648, depois de lembrar a participação histórica dos índios na luta contra os franceses, considera o Rio de Janeiro como o lugar mais protegido do Brasil naquele momento, “*porque tem muitas aldeias vizinhas de índios vassalos de Sua Majestade*”, capazes de defender a cidade e de socorrê-la por terra.

Quase um século depois, os índios das aldeias de Cabo Frio, São Barnabé e outras aldeias, repartidos em grupos “*de cinquenta e sessenta e mais índios, alternadamente, se revezavam de dois*



Puris na floresta (Príncipe Maximilian)

em dois meses, no Serviço de S. Majestade”, com uma participação decisiva na abertura de estradas, na construção de grandes obras como o Aqueduto da Carioca, a Casa de Fundição, o Senado, o aterro de áreas para a abertura de novas ruas e em engenhos de particulares. (Ver Leituras Complementares em anexo).

O fornecimento de índios alugados passou a ser feito também por alguns aldeamentos especiais, criados para fins específicos: aldeias do serviço real, aldeias da Câmara, de particulares e de missionários.

A descoberta e exploração de jazidas de ouro em Minas Gerais tornou o Rio de Janeiro, no século XVIII, peça chave na economia colonial. O porto do Rio, por onde já se exportava açúcar, passou a ser o principal escoadouro de metais e pedras preciosas e o maior centro comercial da colônia. Esta nova situação determinou a necessidade de uma ligação mais rápida, direta e segura com a Capitania de Minas Gerais, aposentando a velha “trilha dos Guaianases” e exigindo a abertura de novas estradas.

A construção dos caminhos, entregue a particulares mediante a concessão de sesmarias e outros privilégios, contou com a força de trabalho indígena, tanto o “Caminho Novo” aberto por Garcia Rodrigues em 1698, como uma de suas variantes construída por Bernardo Soares Proença em 1722.

Os índios das aldeias foram chamados, uma vez mais, para prestar os seus serviços de caráter público e atender as exigências das autoridades, que arrebanhavam todos os índios das aldeias, o que era considerado exorbitante pelos jesuítas.

Os missionários protestaram contra o próprio Governador que, por causa das Minas, solicitou em 1714 índios, “*em cópia tão intolerável, que se se lhes desse quantos pedia, não ficaria nas Aldeias quem lavrasse os campos com que se sustentassem os Índios e suas famílias*”, conforme assinala documentação da época, encontrada nos Arquivos da Companhia de Jesus pelo padre Serafim Leite.

Os jesuítas começaram a recusar, sistematicamente, o fornecimento dos índios requeridos pelas autoridades, o que acabou contribuindo para aumentar ainda mais os pontos de atrito e conflito com a Coroa Portuguesa, culminando com a expulsão dos missionários da Companhia de Jesus na segunda metade do século XVIII, a transformação de muitas aldeias em povoados e seu governo pela administração civil.

Não foi feito até hoje um inventário das centenas de descimentos realizados no período colonial para abastecer de índios as chamadas aldeias de repartição, nem muito menos um estudo demográfico sobre a evolução da população indígena aldeada no Rio de Janeiro ou uma análise mais acabada da

catequese à qual foi submetida e da resistência organizada pelos índios. A rigor, não foi realizado sequer um mapeamento das aldeias que existiram, muitas das quais foram progressivamente extintas, havendo apenas quinze delas alcançado o século XIX. Tais estudos são necessários para dimensionar a importância dos índios aldeados na economia fluminense, capaz de permitir estabelecer um paralelo com a mão de obra escrava, tanto indígena como africana.

Apesar disso, alguns resultados da política de aldeamento são conhecidos, em suas linhas gerais: o deslocamento de grandes contingentes da população nativa de um lugar para outro, as migrações forçadas, a conversão do índio através da catequese, a perda da liberdade e a eliminação de sua identidade tribal.

Reordenou-se, assim, a ocupação do espaço do litoral fluminense, destruindo-se os núcleos indígenas tradicionais, relativamente autônomos, onde cada povo vivia de acordo com a sua própria cultura. No lugar deles, foram criadas as chamadas *aldeias de repartição*, com estrutura e funcionamento completamente diferentes, destinadas a fornecer mão de obra servil e militar para a empresa colonial.

Nesses aldeamentos, os costumes indígenas, considerados pelos padres

como anormais, selvagens e bárbaros, passaram a ser combatidos metodicamente pela catequese.

A ciência, os saberes e os conhecimentos acumulados coletivamente pelos índios durante muitos séculos foram discriminados, desprezados e inferiorizados, perdendo-se parte expressiva deles, da mesma forma que a literatura oral, a língua, a música, a cerâmica e a arte indígena.

A organização social e política, o sistema de poder, a religião, a própria língua e toda a cultura milenar tradicional dos diferentes grupos indígenas sofreram um golpe mortal. Essas sociedades deixaram de ser livres e passaram a ser comunidades controladas cultural e espacialmente pelos portugueses, que a utilizaram como um meio eficaz de desarticulação de outros grupos indígenas do litoral.

Por isso, o pesquisador precisa ficar muito atento, quando os documentos dessa época referem-se a aldeias indígenas, para identificar de que tipo de aldeia se trata. Havia a aldeia original criada pelos próprios índios, onde eles viviam com relativa autonomia e independência, **fora** do sistema colonial. Mas havia também a aldeia criada e controlada pelos portugueses - os aldeamentos missionários - para onde povos inteiros eram transferidos e submetidos a outro tipo de vida.



Índios Coroado e Boticudo na visão dos cientistas alemães Spix e Martius.

De Aldeia a Povoado

4

Os primeiros aldeamentos indígenas cristãos do Rio de Janeiro foram criados, conforme já foi assinalado, com objetivo de ter índios como força militar para a defesa do território contra a invasão sobretudo dos franceses e o ataque de índios inimigos.

A aldeia de São Lourenço, localizada em área da atual cidade de Niterói, e as aldeias de São Barnabé e São Francisco Xavier, situadas em área dos municípios de Itaboraí e Itaguaí respectivamente, atendiam aos interesses militares da colônia, e por isso estavam localizadas em pontos estratégicos da Baía de Guanabara, formando o triângulo defensivo da cidade.

Com a expulsão dos franceses e a rendição dos Tupinambá e dos Goitacá, as aldeias do litoral passaram a funcionar cada vez mais como fornecedoras de mão-de-obra para o empreendimento colonial. Elas reuniam índios de diferentes nações num mesmo espaço. Este processo acabou desorientando e confundindo os índios aldeados e contribuindo para a perda progressiva da identidade cultural dos grupos indígenas.

A formação das principais aldeias

4.1

As aldeias de São Lourenço e São Barnabé foram fundadas ainda no século XVI pelos jesuítas, reunindo índios de diversas nações, vindos de diferentes regiões. A primeira foi instalada onde hoje se situa a cidade de Niterói, em terras cedidas ao índio temiminó Araribóia, chefe do aldeamento jesuítico de São João, no Espírito Santo. Depois, recebeu índios de outras nacionalidades, incluindo os Tupinikin, Tupinambá e Goitacá.

Os Tupinikin, vindos das capitâncias do Espírito Santo e de Porto Seguro, formaram as bases das populações das aldeias de São Francisco Xavier de Itaguaí e Nossa Senhora da Guia, em Mangaratiba, juntamente com os índios de nação Carijó, descendidos da Lagoa dos Patos pelos jesuítas. .

Alguns aldeamentos foram formados por índios que habitavam a própria região, como é o caso da aldeia de São Pedro de Cabo Frio, fundada por jesuítas na primeira metade do século XVII, que agrupou índios Tupinambá e Goitacá, aos quais se juntaram mais tarde os índios Guarulho.

Os mesmos índios Guarulho, descendidos da Serra dos Órgãos, foram distribuídos também entre outras três aldeias próximas ao litoral: Nossa Senhora das Neves, em Macaé, Sacra Família de Ipuca, em área do atual município de Casemiro de Abreu, e Santo Antônio, em Campos. Muitas aldeias indígenas criadas no período colonial foram extintas, sobretudo na segunda metade do século XVIII, em consequência das medidas adotadas pelo Marquês de Pombal, à frente do Governo de Portugal, como ministro todo-poderoso de D. José I. Nessa época, o trabalho das populações indígenas foi organizado pelo denominado “Diretório”, usado primeiramente no Pará e Maranhão e com seu raio de ação ampliado posteriormente para outras regiões do Brasil. O “Diretório” acabava com o poder temporal que os missionários tinham sobre os índios e determinava que as aldeias deviam ser governadas por um diretor, responsável pela repartição dos índios. Previa, entre outras medidas:

- » A proibição do uso nas aldeias de qualquer língua que não fosse o português.
- » A obrigatoriedade de toda aldeia possuir uma escola, com um mestre para os meninos e outro para as meninas.
- » A proibição da nudez e das habitações coletivas.
- » A criação de sobrenomes portugueses para os índios.

- » O incentivo ao processo de mestiçagem.
- » A transformação de muitas aldeias em povoações e vilas.

A política pombalina, procurando assimilar definitivamente os índios aldeados, incentivou a presença de brancos nas aldeias para acabar o que se considerava como “odiosa separação entre uns e outros”, modificando dessa forma sua composição e interferindo na própria posse da terra.

Já em 1761, por exemplo, a aldeia da Sacra Família de Ipuca recebeu imigrantes europeus, cumprindo assim uma das determinações pombalinas. Contudo, não foram somente indivíduos brancos que coabitaram com os índios neste aldeamento, mas também negros e mestiços. Nessa época, o próprio capitão-mór da aldeia de Ipuca - índio responsável pela intermediação entre o governo luso-brasileiro e o aldeamento - era casado com uma negra escrava, criando uma situação constrangedora, já que seus filhos seriam cativos como a mãe, apesar da abolição da escravidão indígena.

A Aldeia de São Barnabé, situada na região de Itambi, hoje distrito do município de Itaboraí, em 1772 assistiu a uma revolta dos índios contra as péssimas condições de vida e contra o trabalho forçado. Neste mesmo ano, foi elevada à categoria de Vila, recebendo o nome de São José D’El Rei, da mesma forma que muitas outras.

Houve ainda um reordenamento na divisão administrativa da igreja católica, com consequências sobre os aldeamentos. A expulsão de todos os jesuítas do Brasil modificou a ação missionária de catequese, transformando os índios em paroquianos. As igrejas, antes administradas pelos missionários, ficaram a cargo de padres seculares. Assim, as igrejas de São Lourenço e São Francisco Xavier de Itaguaí, por exemplo, tornaram-se paróquias encomendadas, título conferido igualmente às igrejas dos demais aldeamentos do litoral fluminense.

A usurpação das terras

4.2

Todas essas medidas afetaram a relação dos índios aldeados com a terra. As terras das aldeias, legalmente concedidas em sesmarias aos índios desde o século XVI, até como um atratativo para aceitarem o descimento, foram arrendadas e aforadas, com a justificativa de que os rendimentos provindos do negócio aumentariam o patrimônio indígena. Entretanto, várias irregularidades foram encontradas nestas negociações. Muitos foreiros e arrendatários não pagavam o valor estipulado nos contratos, isso quando os responsáveis pela guarda dos bens dos índios não desviavam as verbas arrecadadas com a renda da terra.

As irregularidades nos processos de arrendamento e aforamento das terras

indígenas foram registradas em todas as aldeias do litoral fluminense, desde os primeiros momentos. Na aldeia de São Lourenço, por exemplo, arrendatários e foreiros apossaram-se rapidamente dos terrenos das aldeias, apoderando-se deles fraudulentamente. “*Um século não se tinha passado depois que se fundara a aldeia de São Lourenço e já as usurpações escandalosíssimas se sucediam com espanto*”, anota um observador atento.

Na aldeia de São Barnabé, em fins do século XVIII, os diretores responsáveis pela aldeia são acusados, num documento da época, de roubar o patrimônio indígena.

Com a revogação, em 1798, do Diretório Pombalino, inaugurou-se o último período da história das aldeias do Rio de Janeiro. A mesma Carta Régia que tornou nulo o Diretório, emancipou os índios aldeados, “equiparando-os” aos outros habitantes do Brasil. No entanto, os índios continuavam sendo considerados como incapazes de administrar seus bens, incluindo as terras das aldeias, ficando todo o patrimônio indígena sob custódia do Estado. A princípio foram os Ouvidores da Comarca que administraram os bens dos índios. A partir de 1833, os Juízes de Órfãos passam a exercer provisoriamente essa função até 1845, quando o Regulamento das Missões cria a Diretoria de Índios. As questões referentes às terras passam a ser, então, da competência do Diretor Geral de Índios de cada

província e a administração dos bens fica sob a ação conjunta do diretor geral e dos diretores parciais de cada aldeia, que também cuidavam da organização dos trabalhos dentro e fora dos aldeamentos, zelando pela sua remuneração.

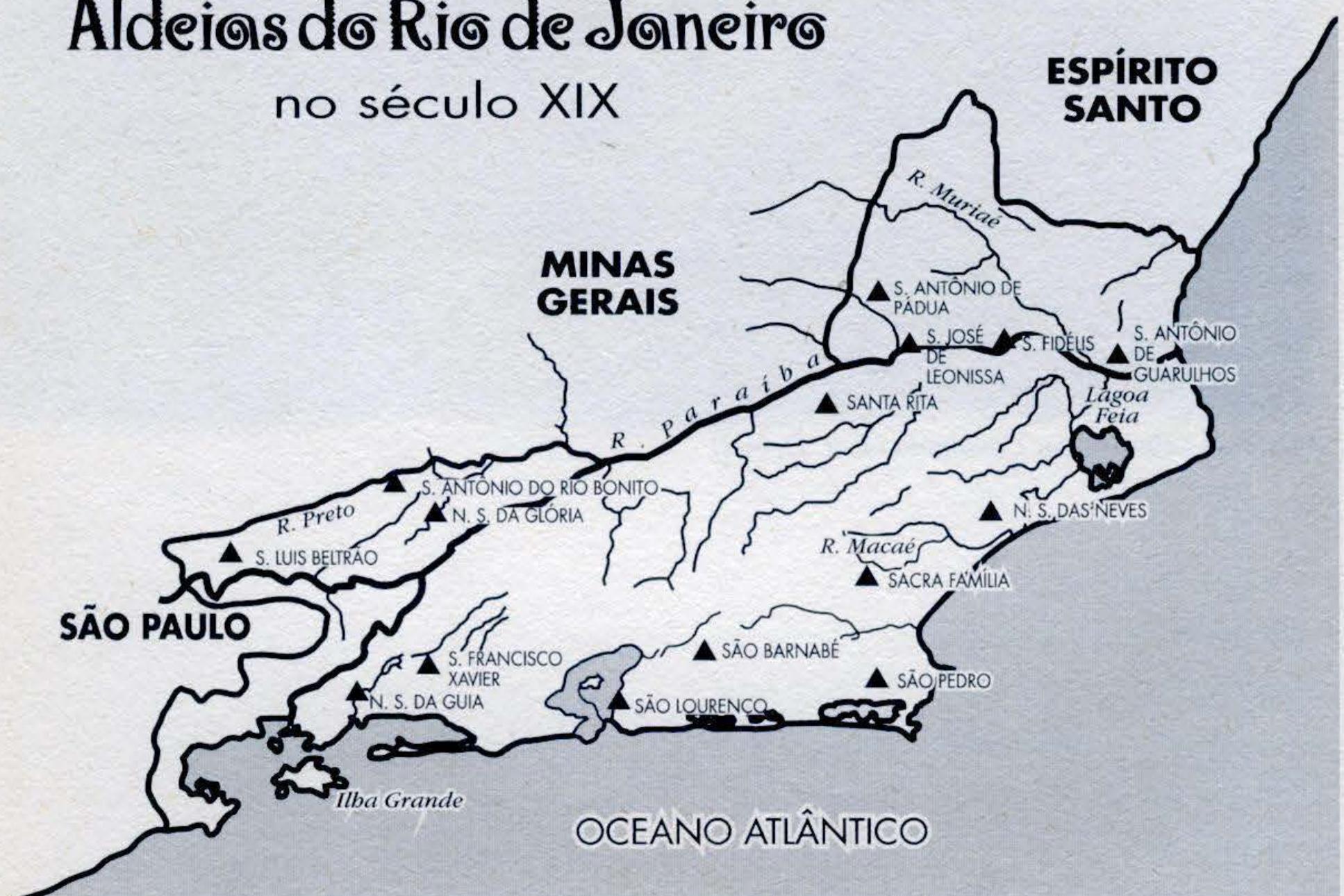
A nomeação de diretores também não garantiu a preservação das terras das aldeias, como ilustra muito bem o caso da aldeia de São Pedro de Cabo Frio, que teve um diretor designado em novembro de 1846. Nessa mesma época, foram registrados aproximadamente a

invasão de 1.500 intrusos, que apossaram-se dos terrenos dos índios, deixando mais de 400 deles dispersos pelas terras de sua própria aldeia usurpadas pela população local. As próprias Câmaras Municipais contribuem para o processo de espoliação das terras indígenas, incorporando-as ao patrimônio municipal. No século XIX, muitas dessas aldeias já haviam se transformado em povoados e vilas, restando apenas 15 delas abrigando o que sobrou da população indígena.



Aldeia de caboclos em Cantagalo (J. B. Debret)

Aldeias do Rio de Janeiro no século XIX



De Índios a Caboclos

5

O balanço feito pelo padre José de Anchieta em 1580 sobre o que havia acontecido com os índios da Bahia pode muito bem ser aplicado aos índios do Rio de Janeiro: “*a gente que de vinte anos a esta parte é gastada nesta Baía, parece cousa que não se pode crer; porque nunca ninguém cuidou, que tanta gente se gastasse nunca, quanto mais em tão pouco tempo*”.

O sistema colonial **gastou** também os índios do Rio de Janeiro, dizimados pelas tropas de guerra e de resgate, pelos descimentos, pelo trabalho forçado, pelas epidemias e pela fome, numa catástrofe demográfica de grandes proporções. Primeiro, foram os povos Tupi do litoral, nos séculos XVI e XVII. Depois, nos séculos XVIII e XIX, foi a vez dos Puri, Coroadó e Coropó, que haviam resistido até então na área da bacia do rio Paraíba.

Dos inúmeros aldeamentos existentes no Rio, formados em sucessivas datas ao longo de todo o período colonial, muitos deram origem a atuais cidades e sedes de municípios. Apenas quinze conseguiram chegar ao século XIX, conservando elementos da identidade tribal:

► Aldeia de São Lourenço - em Niterói;

- Aldeia de São Barnabé - Itaboraí;
- Aldeia de São Francisco Xavier - Itaguaí;
- Aldeia Nossa Senhora da Guia - Mangaratiba;
- Aldeia de São Pedro - Cabo Frio;
- Aldeia Sacra Família de Ipuca - Casemiro de Abreu
- Aldeia Nossa Senhora das Neves - Macaé;
- Aldeia de Santa Rita - Cantagalo;
- Aldeia Santo Antônio de Guarulhos - Campos;
- Aldeia de São Fidelis de Sigmaringa - São Fidelis;
- Aldeia São José de Leonissa ou Aldeia da Pedra - Itaocara;
- Aldeia Santo Antônio de Pádua - Santo Antônio de Pádua;
- Aldeia de São Luis Beltrão - Resende;
- Aldeia Nossa Senhora da Glória - Valença;
- Aldeia de Santo Antonio do Rio Bonito - Conservatória

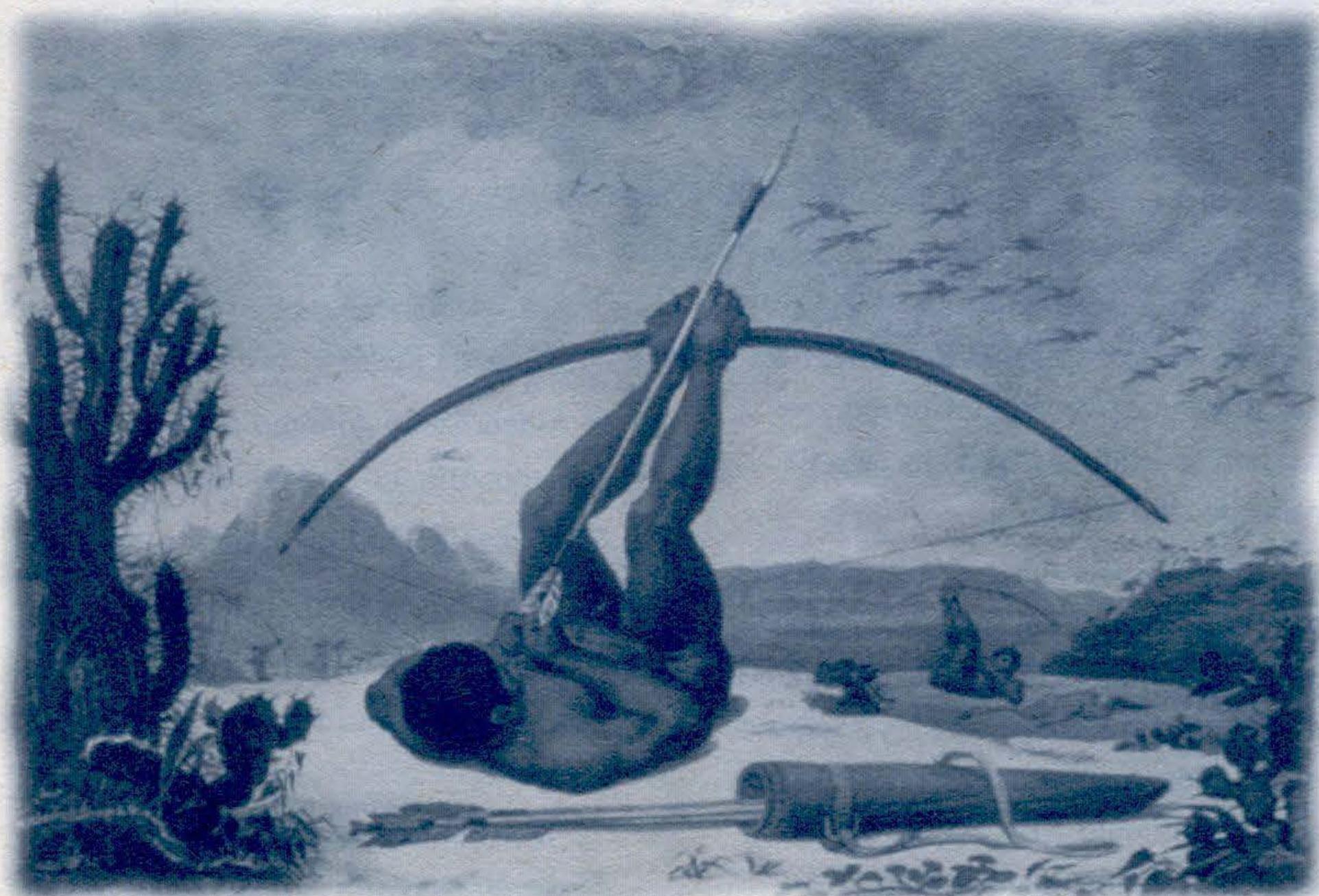
A documentação até agora trabalhada permite identificar pelo menos três categorias de índios que viviam no RJ,

no séc. XIX, de acordo com o tipo de aldeamento e com o seu grau de contato com a sociedade envolvente:

1. Os índios catequizados, também denominados de caboclos

Nesta categoria estão os índios do grupo lingüístico Tupi e os Guarulho e Goitacá. Eles chegaram ao final do período colonial, vivendo em aldeamentos que haviam sido criados e administrados pelos jesuítas desde o século XVI, como ‘aldeias de repartição’, destinadas a repartir a força de trabalho indígena. É o caso de São Lourenço e São Barnabé. Outras foram fundadas no séc. XVII, com a mesma finalidade, como São Francisco Xavier,

Nossa Senhora da Guia, Aldeia de São Pedro e Santo Antônio de Guarulhos. No século passado, os índios que aí residiam já eram catequizados, conheciam a língua portuguesa - ainda que falassem também a ‘língua geral’ - e tinham uma longa história de contato e de conflito. Eram identificados como ‘índios’ ou ‘caboclos’ pela população regional. Continuavam a viver em comunidades, em terras concedidas ou reconhecidas pela própria Coroa Portuguesa. Essas terras podiam ser arrendadas e aforadas e os rendimentos assim obtidos deviam incorporar-se ao patrimônio indígena e usados, em princípio, para suprir suas necessidades básicas de alimentação, saúde e educação.



Índio já batizado, denominado também de caboclo (J. B. Debret)

2. Os índios considerados "bravos"

É o caso dos Puri, dos Coroado e dos Coropó do vale do Paraíba, que foram desalojados de suas terras, em consequência da expansão das fazendas de café. Até serem catequizados por capuchinhos portugueses e depois italianos, eles mantiveram sua autonomia tribal, relativo controle sobre o seu território e conservavam suas línguas, usos e costumes. Para eles, foram criadas novas aldeias, inclusive no próprio século XIX, como são os casos das aldeias Nossa Senhora da Glória, Santo Antônio do Rio Bonito ou, no final do século XVIII, como São Fidelis, São José de Leonissa, São Luis Beltrão e Santo Antônio de Pádua. Na mesma categoria estão os índios Botocudo, da área fronteira com o Espírito Santo.

3. Os índios destribalizados

Desaldeados, expulsos de suas terras usurpadas por fazendeiros, foreiros, arrendatários e pelas próprias Câmaras Municipais, formavam uma terceira categoria. Sem terra, esses índios migravam individualmente para os núcleos urbanos e para a capital - a Corte - onde eram marginalizados e reprimidos, conforme evidenciam numerosos códices do fundo "Polícia da Corte" do Arquivo Nacional e documentos do Serviço de Documentação da Marinha.

Essas três categorias de índios desapareceram do Rio de Janeiro ao longo do séc. XIX. A equipe do Programa de Estudos dos Povos Indígenas da UERJ encontrou, em agosto de 1996, no Arquivo da Paróquia de Santo Antônio de Pádua, um documento que pode ser, talvez, o registro escrito dando conta da existência e do falecimento do último índio do Rio de Janeiro:

"Aos trinta dias do Mez de Maio de mil novecentos e dois no cemitério desta cidade foi sepultado o cadáver de Joaquina Maria pury, de cor parda, viúva, com noventa annos de idade presumíveis. Fallecida de Hydropsia. Sendo por mim



Urna funerária de um chefe Coroado (J. B. Debret)

confessada na forma do Ritual Romano. E que para constar mandei lavrar este termo. O Vigário". (Extraído do Livro de Óbitos nº 02, fls. 3 v).

Esta é, provavelmente, a última índia Puri do Rio de Janeiro, testemunha silenciosa do final do Império e do surgimento da República. Nos documentos oficiais até hoje conhecidos, não foram encontrados registros posteriores relativos à presença de outros índios em território fluminense.

Joaquina Maria entrou no século XX, solitária, com seus 90 anos presumíveis, mantendo sua identidade indígena. Nasceu Puri, apesar do registro de sua "cor parda". Viveu Puri, embora destribalizada e viúva de marido desconhecido. Morreu Puri, mesmo recebendo os sacramentos dentro do ritual romano e ainda que seus despojos mortais não tenham sido sepultados no grande vasilhame de barro, chamado "camucim", enterrado ao pé de uma grande árvore. Na sua infância, escapou milagrosamente das epidemias responsáveis pelas mortes incontáveis de crianças indígenas, como pode ser constatado nos registros paroquiais de óbitos. Chama a atenção nesses registros o alto índice de mortalidade infantil, tanto de índios como de negros, falecidos sobretudo durante os períodos de epidemias, em especial na década de 1850. Mas enquanto a "causa mortis" dos menores índios é, em geral, apresentada como "morte natural", no caso das crianças

negras aparecem, nos mesmos livros, o sarampo, a cólera, a diarréia, a tosse e outras doenças. Tanto índios como negros eram enterrados, inicialmente, em cemitérios particulares, situados dentro das fazendas, que foram gradativamente substituídos por cemitérios municipais.

No vale do Paraíba e no Norte Fluminense, onde se encontravam ainda no século XIX índios considerados "bravos", as terras indígenas começaram a ser invadidas por estranhos. Os primeiros fazendeiros chegaram atraídos "pela bondade dos campos, onde prosperam e se multiplicam os gados, pela fertilidade do solo, regado por águas cristallinas e próprio para todo o gênero de plantações e pela caça abundante e saborosos peixes".

A progressiva ocupação, pelos fazendeiros, das áreas de perambulação dos índios e a crescente demanda, nas fazendas, de força de trabalho, exigiam a execução de uma política capaz de retirar os últimos índios de suas terras de origem e de concentrá-los em aldeias especialmente erguidas para esse fim, nas proximidades dos núcleos produtivos, exatamente como fora feito anteriormente no litoral. A atividade considerada ideal para atingir tais objetivos era a catequese, capaz de civilizar eficazmente os índios que, desta forma, poderiam "prestar valiosíssimos serviços à agricultura nacional". No século XVIII, algumas tentativas isoladas e dispersas haviam sido feitas na região pelos

capuchinhos portugueses, que chegaram a aldeiar famílias de índios Coroados do sertão do Paraíba. A experiência fracassou e os índios retornaram “para os seus bosques”.

No século XIX, os capuchinhos italianos substituiram os portugueses, tendo obtido o apoio dos fazendeiros. Na região de Pádua, Itaocara e São Fidelis, muitos índios foram trazidos de suas aldeias para as fazendas, onde passaram a viver como agregados. São justamente esses índios que vamos encontrar nos primeiros registros coletivos de batismo, celebrados dentro das próprias fazendas, com os fazendeiros servindo de padrinhos, como ocorreu em Santo Antônio de Pádua, de acordo com o Livro de Batismo n° 01:

“Índios de nação Puri que forão baptizados pelo Reverendo Frei Bento de Gênova, em Casa do Snr. Manoel Garcia e foi Padrinho, o mesmo e Madrinha Francisca Maria, 3 de abril de 1832.

<i>Nomes do Baptismo</i>	•	<i>Nomes do Matto</i>
<i>Maximiano - João</i>		<i>Aparân - Bianâ</i>
<i>Fidelis - João</i>		<i>Daque - Rané</i>
<i>Maria - Maria</i>		<i>Jerzoa-Capora"</i>

Em ofício ao Juiz de Órfãos, Frei Flórido informava que ele, sozinho, havia batizado desta forma, entre adultos e adolescentes, cerca de 1.040 índios, a maioria deles Puri, mas também Coroado e Coropó em menor quantidade. O batismo representava, além da troca do

nome próprio indígena por um nome cristão, uma mudança radical na forma de vida.

Entre o batismo do primeiro índio Puri, de nome Aparân, que recebeu o nome cristão de Maximiano em 1832 e a morte da última índia Puri, Joaquina Maria, em 1902, transcorreram 70 anos. Nesse espaço de tempo, tanto os Puri como os Coroadô e Coropó passaram por um processo de destribalização, com a progressiva perda de sua identidade, de sua cultura e de sua língua, até que foram definitivamente varridos do mapa do Rio de Janeiro.

Os livros paroquiais que registram os casamentos permitem acompanhar esse processo por outro ângulo. Uma leitura, mesmo superficial desses livros, permite formular algumas perguntas relacionadas aos casamentos mistos de índios com pessoas da sociedade regional envolvente: qual a porcentagem de casamentos de índios com negros, com brancos e com mestiços? Quais as consequências de tais casamentos para a identidade coletiva dos índios? No caso de casamentos mistos, qual será a identidade dos filhos? Qual o peso desses casamentos no processo de extinção da identidade indígena dos Puri e dos Coroado? Qual o significado dos casamentos de índios com moradores de outras freguesias? Como se realizavam as migrações e o deslocamento interno da população indígena e da população regional?

As respostas a tais perguntas exigem um aprofundamento nas pesquisas. De qualquer forma, sabemos que as relações intertribais entre índios Puri e Coroadou ou Puri e Coropó, anteriormente marcadas por violentos conflitos armados, vão evoluir frente às pressões da sociedade regional, o que pode ser detectado pelos casamentos intertribais e pelos padrinhos de batismo, conforme evidenciam os registros paroquiais. Da mesma forma são fornecidas algumas pistas sobre o processo de mestiçagem, através de casamentos de índios com pardos, negros, mulatos e mameleucos. As relações de índios com negros, algumas vezes, trazem consequências inesperadas, como é o caso da índia Romana, filha da escrava Gertrudes, nascida em 1862, antes, portanto, da Lei do Ventre Livre, o que implica a predominância da sua situação de escrava sobre sua condição indígena. Ou ainda o caso do índio Puri, João da Matta, proprietário do escravo Tito Criollo. Esses dois casos não são isolados.

A questão da perda de identidade é particularmente dramática e desgarradora. Uma vez Puri, sempre Puri? Alguns nascem índios, são batizados, adotam um nome cristão e quando morrem são enterrados sem identidade, com o registro de óbito omitindo a sua condição indígena. Outros mantêm essa condição de forma genérica, mas se transformam num corpo sem nome, numa face desfigurada:

alguns registros de óbitos documentam a morte de índios “cujos nomes não me disserão”, conforme atesta o vigário. É interessante observar como os registros eclesiásticos vão documentando progressivamente essa transfiguração étnica: nas primeiras décadas do século XIX, como regra geral, os registros referem-se claramente a indivíduos das nações **Puri, Coroadou, Coropó e Bocaína**; em seguida, essas identidades se diluem na denominação genérica de “índios” ou “caboclos” para, finalmente, serem confundidos com a população mestiça.

As terras dos índios destribalizados, “que já não vivem aldeados, mas sim dispersos e confundidos na massa da população civilizada”, começam a ser incorporadas a partir de 1850 aos Próprios Nacionais, por decisão do Ministério do Império. O Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas considera em 1862 que “muitos aldeamentos são formados de indivíduos que, pela mór parte, sómente de índios tem o nome” e que “os indivíduos pertencentes às aldêas não precisão mais de protecção immediata dos administradores”. A Diretoria das Terras Públicas autoriza, portanto, a extinção de vários aldeamentos, distribuindo a cada família, bem como aos solteiros maiores de 20 anos, um pequeno lote de terra para lavoura. Em 1866, por deliberação provincial, decreta-se a extinção de um dos últimos aldeamentos do Rio de Janeiro: a aldeia de São Lourenço. Os

índios que aí residiam foram considerados capazes de “*entrarem no gozo dos direitos comuns a todos os brasileiros*”. Cada família recebeu “*um lote de terras de 22.500 a 62.500 braças quadradas que ficará sendo propriedade de tales individuos, depois de cinco annos de effectiva residencia e cultura*”. Muitos

desses índios, cujas terras foram tomadas por fazendeiros, por outros particulares e pelas próprias Câmaras Municipais, vão migrar para a cidade do Rio de Janeiro - a Corte, onde continuarão a ser vistos como índios e serão discriminados, presos e reprimidos como “cabollos”.



Lavadeiras índias em pleno Catete (J. B. Debret)

O Índio na Corte

6

Na madrugada do dia 16 para o dia 17 de janeiro de 1818, vários homens invadiram a casa da senhora Maria Theresa, na rua do Sabão, obrigando-a a abrir a porta sob a alegação de que eram da polícia. Na casa, trabalhava e residia uma índia, a doméstica Maria Caetana, estuprada no ato por todos eles, que formavam “*um grande número de feraciosos*”. Segundo informa a própria polícia em ofício dirigido ao Juiz do Crime do Bairro da Sé, eles “*cometterão o attentado escandaloso de usarem todos da índia Maria Caetana que a senhora tem em sua casa*”, Existem muitos documentos como esse, no Arquivo Nacional, dando conta das atribulações dos índios que viviam na cidade do Rio de Janeiro.

No século XIX, índios das mais diferentes etnias, em um número incalculável, migraram quase sempre compulsoriamente para a Corte do Rio de Janeiro, onde faziam pequenos biscates ou passavam a trabalhar em serviços domésticos, na construção civil e nas obras públicas, no Arsenal da Marinha, na pesca da baleia, como marinheiros e remeiro de canoas do Serviço da Galeota Real ou no Escaler da Ribeira.

Esses índios urbanos, quase sempre sem emprego e sem domicílio certo, formavam uma “tribo” desfigurada que vagava pelas tabernas e vendas dos principais bairros, sobretudo Candelária, Santa Rita e São José, entrando em conflito permanente com a Polícia. Alguns deles moravam em cortiços no centro da cidade, conforme constatam os códices do Fundo “Polícia da Corte”, do Arquivo Nacional, quando registram as prisões realizadas pelos mais diferentes motivos: roubos, furtos, conflitos, brigas, desordens, agressões, vadiagem, embriaguês, atitudes suspeitas e por motivos não determinados.

Uma lista de índios presos em outras localidades do Rio de Janeiro e remetidos para a Corte, na primeira metade do século XIX, está sendo elaborada pelo Programa de Estudos dos Povos Indígenas da UERJ, a partir da documentação oficial existente. Os motivos alegados para as prisões e a forma como elas são efetuadas, bem como algumas pistas fornecidas pela documentação, nos permitem pensar que as prisões, mais do que medidas de caráter penal, eram uma forma de recrutamento de mão-de-obra.



Índio Guarani servindo como soldado de artilharia no Rio de Janeiro (J. B. Debret)

Isto fica explicitado em alguns registros. É o caso da prisão de um índio, em novembro de 1828, pelo comissário de Macacu, que envia o prisioneiro diretamente para o Arsenal da Marinha. O Intendente de Polícia protesta, argumentando que a competência do Comissário era enviar os presos para a Intendência, a quem cabia decidir para onde encaminhá-los. Trava-se assim uma disputa pelo controle dos índios presos, da mesma forma que no período colonial se havia disputado o controle dos índios escravos ou de repartição.

A própria Câmara Municipal da cidade do Rio de Janeiro participa dessa disputa, requisitando das prisões com muita freqüência a mão de obra indígena para os serviços nas obras públicas,

como é o caso da reforma do Passeio Público, em 1831, que contou com o trabalho de índios remetidos inclusive de outras províncias do Brasil. As remessas continuam mesmo depois da criação da Diretoria Geral de Índios em julho de 1845 e da regulamentação da catequese e da ação missionária. Um Aviso Ministerial de 09 de agosto de 1845 constata que “*em algumas províncias tem havido individuos que, abusando da simplicidade dos Índios, lhes comprão os filhos, e não só os conservão como em perfeita escravidão, dando-lhes rigoroso trato, mas também os remettem, vendidos, para esta corte, ou de umas províncias para outras*”.

Em meados do século passado, o número de índios empregados em servi-

ços domésticos nas casas do Rio de Janeiro era tão expressivo, que mereceu várias intervenções da Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça junto ao presidente da Província e ao juiz de órfãos da Corte. O governo imperial constatou que “*muitos indígenas existem ao serviço de pessoas particulares sem que percebão salário ou estipendio algum, achando-se assim reduzidos ao estado de quasi perfeito captiveiro*”. Exigiu a assinatura de um contrato escrito de locação de serviços e que uma cópia fosse enviada ao desembargador chefe de Polícia. Não encontramos até agora nos arquivos qualquer cópia desse tipo de contrato.

Vários viajantes estrangeiros que visitaram o Rio de Janeiro no século passado deixaram relatos descrevendo, entre outros aspectos, as aldeias indígenas aqui encontradas, os usos e costumes dos povos que as habitavam e o comportamento dos índios na Corte.

Muitas famílias de índios Botocudo foram aldeadas em São José de Leonissa ou Aldeia da Pedra (Itaocara), depois da guerra de extermínio decretada pelo Príncipe Regente em 1808 e outras foram levadas diretamente para o trabalho doméstico na Corte. Em 1819, passeando pelas ruas da cidade do Rio, o prussiano Theodor Von Leithold testemunha: “*Vêem-se também, no Rio de Janeiro, alguns botocudos como escravos, vindos do sertão, que diferem dos*

demais escravos africanos no tamanho e no aspecto selvagem”.

Dois anos antes, os cientistas Spix e Martius, passando pelo Rio de Janeiro, sob o patrocínio do Imperador da Áustria, encontram índios de São Lourenço, que atravessavam a Baía de Guanabara para vender cerâmica, e também índios tropeiros vindos de Campos, São Paulo e Minas Gerais. Segundo os dois cientistas, no entanto, para uma população calculada em mais de cento e dez mil habitantes, eram poucos os índios na Corte: “*Eles evitam, quanto podem, a cidade e, muito raramente aparecem, e só por acaso, como aves de arriabação, no tumulto para eles estranho*”.

O príncipe Maxmilian de Wied Neuwied, passeando em 1815 pela cidade do Rio de Janeiro e seus arredores, encontrou uma população com uma “*variedade de cores*”. Ele registra a presença minoritária de dois tipos de índios na Corte: “*os civilizados*”, também denominados de caboclos e “*os gentios tapuias ou bugres*”, que só apareciam “*isoladamente, como curiosidade*”.

A preponderância de escravos negros na cidade é assinalada pelo naturalista inglês James Fox Bunbury, que aportou no Rio de Janeiro em 1833 e descreveu suas ruas e seus subúrbios. Ele também chama a atenção para a população indígena: “*Tenho visto, ocasionalmente, alguns índios desgarrados na cidade e no cais, vestidos como os pretos e mula-*

tos andam, em geral, mas distinguíveis dos últimos mencionados (com os quais são parecidos na cor) pelos seus cabelos longos e luzidios". Alguns anos depois, em 1837, o pastor norte-americano

Daniel P. Kidder vai distinguir também a presença indígena no meio de uma multidão aglomerada na porta da Câmara Municipal, onde funcionava a Junta Vacínica.

A rica documentação iconográfica do período dá conta também da presença de índios na Corte, sobretudo a obra de Jean-Baptiste Debret (1768-1848) e Johann Moritz Rugendas (1802-1858). O primeiro veio para o Brasil com a Missão Artística Francesa de 1816 e aqui viveu durante quinze anos, publicando a sua "Viagem Pitoresca" em três volumes, entre 1834 e 1839. O segundo, artista alemão contratado como desenhista pela Missão Langsdorff, desligou-se da expedição e prosseguiu viagem por conta própria, fixando em mais de 500 pranchas cenas da vida brasileira, parte das quais foi publicada em Paris, numa edição luxuosa, em 1835, na litografia de Engelmann, que era na época a melhor do gênero.

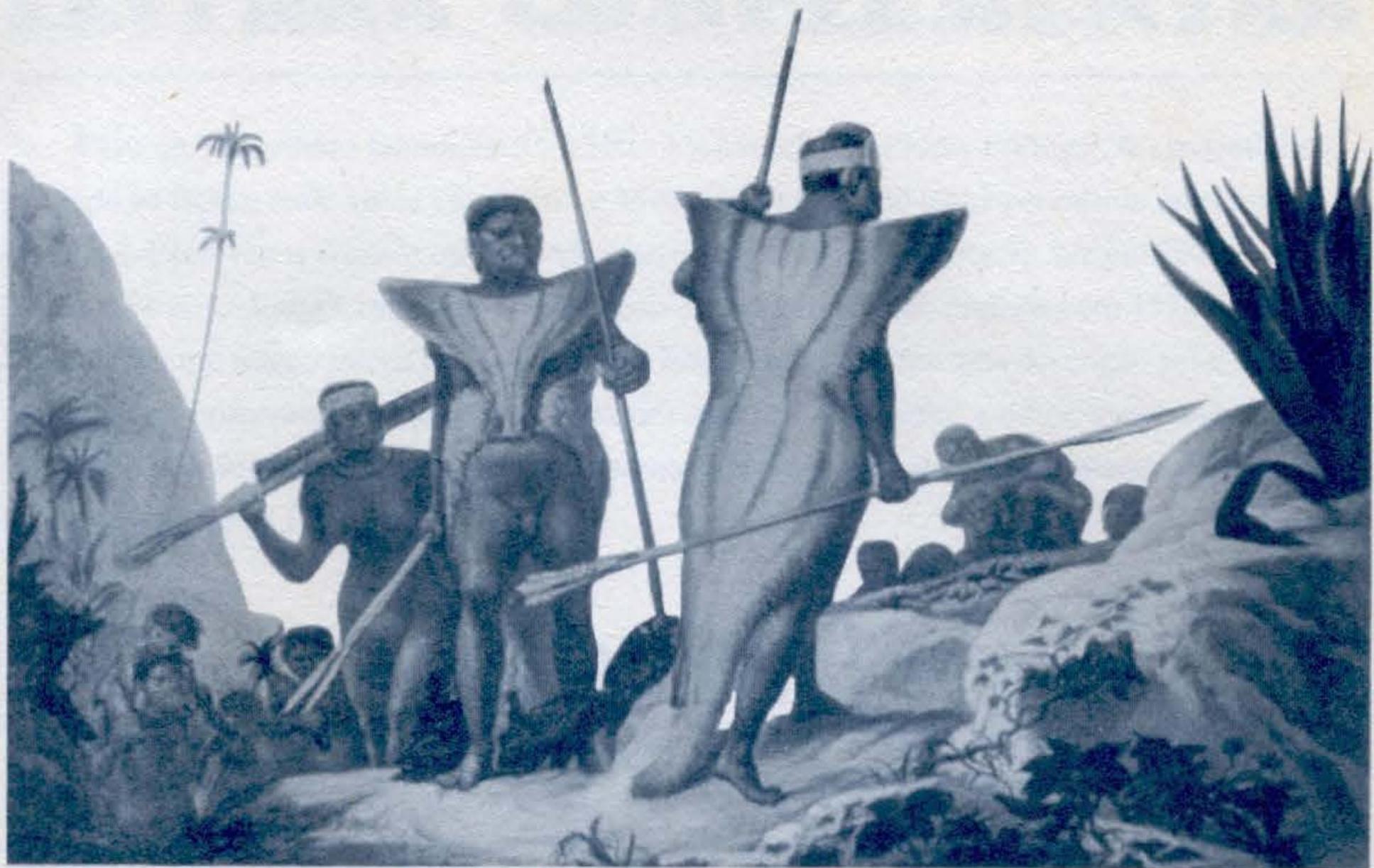
Segundo o crítico Sérgio Milliet, de Rugendas se poderá dizer que foi um grande artista do desenho. Sua obra vale pela parte artística muito mais que a de Debret. Mas "*seu texto é bem inferior, menos fiel, mais livresco, mais eivado de filosofia barata*". Já Debret se revela artista menos firme, mas tem, entretanto,

a vantagem da observação minuciosa, da curiosidade e da fidelidade. "*Rugendas é um magnífico poeta. Debret, um curioso etnógrafo e um crítico agudo*" escreve Milliet.

Quanto aos índios, existem algumas dezenas de desenhos conhecidos dos dois artistas, descrevendo a preparação da mandioca, as aldeias, malocas, canoas, pontes, o trabalho indígena em fazendas, enterros, danças, rituais religiosos, cenas de caça e pesca e encontro dos índios com viajantes europeus, alguns dos quais foram selecionados para figurar neste livro..

Dois dias após sua chegada ao Rio, Debret viu índios Botocudo, trazidos do rio Belmonte para serem apresentados a D. João VI, que anos antes lhes havia declarado guerra. O chefe usava um manto de pele de tamanduá, com um diadema. Embora o filho do cacique não tivesse o direito de usar a mesma roupa, Debret vestiu-o assim, somente para mostrar a parte da frente do manto.

O mesmo Debret documenta a presença de famílias de índias lavadeiras, que residiam há muitos anos na cidade do Rio de Janeiro. Reuniam-se diariamente de manhã para ir lavar roupa à beira do rio, no Catete, onde ficavam o dia inteiro, até anoitecer. O artista francês registra ainda um grande número de índios semi-selvagens empregados no serviço particular. "Seus filhos tornam-se, com 12 ou 14 anos, excelentes criados", ele escreve.



Família de Botocudos em marcha (J. B. Debret)

Debret acredita que de todos os grupos que visitaram a Corte do Rio de Janeiro, a fim de serem apresentados a Sua Majestade Imperial, os de “*aspecto mais repugnante são os Botocudos, Puris, Patachos e Machacalis ou Gamelas*”, pelas mutilações a que se sujeitavam. Ele retrata aqui índios desses grupos, que ficaram alojados na ilha das Cobras, num barracão da Marinha, durante oito dias.

Rugendas, por seu lado, também localiza índios misturados com “*homens de todas as condições, de todas as nações e de todas as cores*”, em pleno Largo do Paço, em frente ao Palácio Imperial, no cais de desembarque.

A presença de índios na Corte vai diminuindo progressivamente. Em 1860, o jornalista francês Charles Ribeyrolles constata apenas a existência de alguns “mestiços-índios” e deplora: “*O que não se encontra como outrora, no Rio de Janeiro, são os indígenas, os verdadeiros filhos da terra, os selvagens de Villegagnon e de Jean de Léry*”.

Durante todo o período republicano, no século XX, os índios deixam de figurar no mapa da cidade e do Estado do Rio de Janeiro e na documentação oficial. Reaparecem apenas na década de 1950, quando os índios Guarani, migrando do sul do país, estabelecem três aldeias em Angra dos Reis e Parati, onde permanecem até os dias de hoje.

Anexos

LEITURA COMPLEMENTAR

Pero de Magalhães Gândavo (C. 1540 - ?), nascido em Braga, Portugal, foi provedor da Fazenda na Bahia, onde viveu entre 1565 e 1570. É provável que tenha percorrido outras partes do Brasil. Escreveu o *Tratado da Terra do Brasil*, publicado pela primeira vez em 1826, e *História da Província Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil*, impressa em 1576. Sua obra, considerada um marco inicial na historiografia brasileira, apresenta uma descrição geral do país, narra o descobrimento, as primeiras explorações da costa, as feitorias e o funcionamento das capitâncias hereditárias. O texto a seguir, referente à escravização dos índios, pertence à *História da Província Santa Cruz* (cap. IV, p.93)

“Os mais dos moradores que por estas Capitanias estão espalhados, ou quase todos, têm suas terras de sesmaria dadas e repartidas pelos Capitães e Governadores da terra. E a primeira coisa que pretendem adquirir são escravos para nelas lhes fazerem suas fazendas e se uma pessoa chega na terra a alcançar dois pares, ou meia dúzia deles (ainda que outra coisa não tenha de seu) logo tem remédio para poder honradamente susten-

tar sua família: porque hum lhe pesca e outro lhe caça, os outros lhe cultivam e lhe granjeiam suas roças e desta maneira não fazem os homens despesas em mantimentos com seus escravos, nem com suas pessoas. Pois daqui se pode inferir quanto mais serão acrescentadas as fazendas daqueles que tiverem duzentos, trezentos escravos, como há muitos moradores na terra que não têm menos desta quantia, e daí para cima”.

Padre Plácido Nunes (1683-1755), missionário jesuíta, nasceu em Lisboa e morreu em Salvador, Bahia. Com 16 anos, entrou na Companhia de Jesus, fazendo sua profissão solene em 1718. Foi reitor do Colégio de Olinda e, depois, do Colégio da Bahia. Orador sacro, com dotes literários, foi considerado um dos maiores pregadores do seu tempo. O texto a seguir foi retirado de uma carta que ele escreveu a André de Melo e Castro, Conde das Galveias, Vice-Rei do Brasil, datada de 5 de outubro de 1738. O manuscrito original encontra-se no Arquivo Público da Bahia e foi publicado pelo Padre Serafim Leite em sua *História da Companhia de Jesus no Brasil*. (Tomo VI - Livro I - Capítulo V, p.129)

“Deixando de parte as guerras que os Índios aldeados fizeram, do Estado e Coroa de Portugal contra Holandeses, Franceses, Tapuias bravos, em Pernambuco, Baía, Rio de Janeiro e Maranhão, pois constam das Histórias: em nossos tempos todas as Fortalezas, que se acham no Rio de Janeiro, sendo esta praça ao presente a mais fortificada por arte, que se acha nas Conquistas, foram feitas pelos Índios de Cabo Frio e S. Barnabé e outras Aldeias, que em esquadras de cinquenta, e sessenta e mais Índios, alternadamente,

se revezavam de dois em dois meses, no serviço de S. Majestade, pelo seu justo estipêndio, como era razão e justiça. Estes mesmos abriram o Caminho Grande, que vai do Rio de Janeiro para Minas até o Rio Paraibuna, em tanta vitalidade do Estado e do Reino. Estes os que conduziram todos os materiais e instrumentos para a Casa de Fundição, que S. Majestade mandou fabricar na Província das Minas. Estes, finalmente os que trabalharam o Aqueduto pelo qual se pôs a Água da Carioca na Cidade do Rio de Janeiro”.

André Soares de Sousa é o autor de uma carta, sem data, escrita provavelmente no final do séc. XVII, cujo original inédito foi encontrado pela equipe do Programa de Estudos dos Povos Indígenas da UERJ, no Arquivo Nacional (RJ). Trata das divergências sobre o pagamento aos índios que trabalharam na construção do Aqueduto da Carioca. É possível que a resposta a ela tenha sido dada pela carta régia de 13/11/1686, dirigida a João Furtado de Mendonça, ordenando-lhe buscar uma solução conciliatória, “*de sorte que nem os índios trabalhem sem a justa satisfação, nem os padres da Companhia queiram introduzir jornais excessivos*”. (Arquivo Nacional, Fundo Vice-Reino, Caixa 770, Pacote 2, Documento 01).

*Senhor,
Dizem os officiais do Senado da
Cidade de S. Sebastiam do Rio de Janei-
ro, que elles autualmente (sic) estão
continuando a obra da Condução da
agoa da Carioca para a Cidade como
Vossa Magestade foy servido mandar
determinar; a qual obra se não pode
fazer sem assistencia dos Índios, que são
os trabalhadores que naquellas partes
costumão trabalhar e sempre foy uso e
costume, dar-se-lhe de seu jornal, asy
nas obras do ditto Senado, como nas dos
engenhos dos particulares, de comer
todos os dias e no cabo do Mez suas
tantas varas de algodam e por hora o
Reverendo Padre Reytor da Companhia*

*da ditta Cidade lhe altera este antigo
costume, querendo se dem aos dittos
Índios quatro vintens cada dia sobre o
que tem feito súplica a Vossa Magestade
o Reverendo Padre Reytor, ao que Vossa
Magestade deve ser servido não lhe
dessem, porquanto todo atendimento do
subsídio pequeno aplicado a ditta obra,
não será bastante só para os jornais dos
dittos Índios, por serem muitos os que
trabalhão na ditta obra, e somente no
comer que se lhe dá, se faz hú
concederável dispendio, pello que P. a V.
Mgde. lhe façam comsederlhe Provizão
para que senão possa alterar o jornal
dos dittos Índios até aqui observado.
(assina) André Soares de Sousa”.*

Manoel Silvano (1817-1860), índio Coroado, natural da Aldeia da Pedra, Freguesia de São José de Leonissa, foi sentenciado a uma pena de 12 anos de prisão com trabalhos forçados, pelo Juri da Vila de São Fidélis no dia 11 de maio de 1859 e incuso no grau médio do artigo cento e noventa e três do Código Criminal vigente no período. Embora alegasse inocência, Manoel Silvano foi condenado pelo crime de assassinato contra o índio Antônio Joaquim, também de nação Coroado, ocorrido na madrugada do dia 27 de dezembro de 1853, na fazenda de João Francisco da Silveira Pessanha, onde ambos trabalhavam como vigilantes. Balseiro, casado e analfabeto, Manoel Silvano faleceu na cadeia d'Armação, em Niterói, no dia 28 de agosto de 1860, vítima da febre tifóide, aos 43 anos de idade. (Processo arquivado no Museu Municipal de Campos - RJ, transscrito pela equipe do Programa de Estudos dos Povos Indígenas da UERJ).

“Cópia do Auto de exame de identidade de pessoa no cadaver do prezado Manoel Silvano. Anno do Nascimento de Nossa Senhor Jesus Christo de mil oitocentos e sessenta, ao vinte e oito de Julho, nesta Imperial Cidade de Nicteroy, em a cadêa da Armação, onde foi vindo o delegado de policia o doutor Jozé Bento Leitão, commigo escrivão, abaixo nomeado, ahi presente o medico da mesma cadêa o doutor Maximiano Antonio de Azevedo e Silva, o carcereiro Luiz de Sousa Maia, as testemunhas abaixo assignadas, pelo mesmo delegado foi (sic) digo defferido juramento ao ditto medico, sob cuja do qual lhe encarregou que bem e fielmente examinasse o cadaver do prezado Manoel Silvano, e se era o do proprio e identico, cujo assentamento se acha a folhas

oitenta e oito do livro quarto de entradas dos prezos, o qual he do thheor seguinte: Manoel Silvano, livre, com sessenta polegadas de altura, com quarenta e trez annos de idade, brazileiro, filho legitimo (sic) de Silvano e de Felicia, índios, cazado, analphabeto, cor acaboclada, cabelos corridos, pouca barba, testa pequena, nariz pequeno e achatado, boca pequena com falta de hum dente na mandíbula superior, orelhas e olhos pequenos, mãos e péz pequenos, cheio de corpo, natural da Aldêa da Pedra em Campos. Entrou para esta cadêa em dezesseis de Julho de mil oitocentos e sessenta a ordem do Senhor Doutor Chefe de Polícia, conduzido pelos policiais Antonio Galdino da Rocha e Augusto Jozé da Rocha. Crime homicídio. (...)"

CRONOLOGIA

1548 - Regimento de Tomé de Souza normatiza trabalho indígena.

1568 - Doação de sesmaria a Araribóia para formação da Aldeia de S.Lourenço.

1570 - Lei de D. Sebastião regulamenta escravidão indígena.

1584 - Fundação da Aldeia de São Barnabé.

1611 - Lei de 10/09 regulamenta o funcionamento das aldeias de repartição.

1615 - Com o nome de Aldeia de Itinga é fundada Aldeia de S.Francisco Xavier.

1617 - Concessão de terras para a Aldeia de São Pedro.

1620 - Fundação da Aldeia de Nossa Senhora da Guia.

1640 - Ameaçados de expulsão, jesuítas assinam acordo com a Câmara do RJ.

1659 - Criação da Aldeia Santo Antonio de Guarulhos.

1698 - Proibição de casamento entre índios escravos e de repartição.

1714 - Conflitos dos jesuítas com o governador pelo controle dos índios.

1748 - Conclusão da igreja da Aldeia da Sacra Família de Ipuca.

1755 - Abolida legalmente a escravidão dos índios.

1722 - Revolta dos índios da Aldeia de São Barnabé.

1757 - Criado o Diretório dos Índios para regulamentar trabalho compulsório.

1761 - Imigrantes europeus ocupam terras da Aldeia de Ipuca.

1798 - Decretada a extinção do Diretório.

1809 - O Príncipe Regente manda fazer guerra ofensiva aos Botocudo.

1831 - A Regência revoga as leis que permitiam escravização dos Botocudo.

1833 - Os bens dos índios passam a ser administrados pelos Juizes de Órfãos.

1845 - Criação da Diretoria Geral de Índios e regulamentação da catequese.

1866 - A Província do Rio de Janeiro extingue a aldeia de São Lourenço.

1902 - Registro de morte de Joaquina Maria, índia Puri, com cerca de 90 anos.

BIBLIOGRAFIA

I. Relatos do século XIX

- Bunbury**, Charles James Fox (1809-1886): *Narrativa de viagem de um naturalista inglês ao Rio de Janeiro e Minas Gerais.* Imprensa Nacional: Rio de Janeiro. 1943
- Debret**, Jean-Baptiste (1768-1848): *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil.* Trad. Sérgio Milliet. São Paulo. 1940, 2 vols.
- Graham**, Maria (1785-1842): *Diário de uma viagem ao Brasil.* Cia. Editora Nacional: São Paulo. 1956
- Kidder**, Daniel P.(1815-1891): *Reminiscências de Viagens e Permanência no Brasil.* Livraria Martins Editora-Edusp: São Paulo. 1972
- Leithold**, Theodor Von e **Rango**, F. Ludwig Von: *O Rio de Janeiro visto por dois prussianos em 1819.* Cia. Editora Nacional: São Paulo. 1966
- Luccock**, John: *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil.* Edusp: São Paulo, Itatiaia: Belo Horizonte. 1975
- Mawe**, John (1764-1829): *Viagens ao Interior do Brasil.* Rio de Janeiro.1944
- Maximiliano**, Príncipe de Wied Neuwied(1782-1867): *Viagem ao Brasil.* Edusp: São Paulo, Itatiaia: Belo Horizonte. 1989.
- Pohl**, Johann Emanuel (1782-1834) : *Viagem no interior do Brasil empreendida nos anos de 1817 a 1821.* INL: Rio de Janeiro. 1951
- Ribeyrolles**, Charles(1812-1860): *Brasil Pitoresco.* (Vols. I e II).Edusp: São Paulo, Itatiaia: Belo Horizonte, 1980.

Rugendas, João Maurício(1802-1858):

Viagem Pitoresca através do Brasil.(Vols. I e II) Edusp: São Paulo, Itatiaia: Belo Horizonte, 1979

II. Trabalhos com informações sobre índios no Rio de Janeiro

- Beozzo**, José Oscar: *Leis e Regimentos das Missões. Política Indigenista no Brasil.* Loyola: São Paulo. 1983.
- Bessa Freire**, José R. (coord): *Os Índios em Arquivos do Rio de Janeiro .* UERJ. Rio de Janeiro. Vol. I - 1995, Vol. II - 1996
- Carneiro da Cunha**, Manuela(org): *Legislação Indigenista no século XIX.* Edusp: São Paulo.1992
- Carneiro da Cunha**, Manuela (org): *História dos Índios no Brasil.* Cia das Letras: São Paulo. 1992.
- Freitas**, Décio: *Escravidão de índios e negros no Brasil.* ICP/EST: Porto Alegre. 1980
- Lamego**, Alberto Ribeiro: *O Homem e a Guanabara.* CNG: Rio de Janeiro.1964
- Leite**, Serafim: *História da Companhia de Jesus no Brasil.*INL-Livraria Portugália: Rio de Janeiro/Lisboa.1945 Tomos I e VI
- Lobo**, Eulália L.: *História do Rio de Janeiro.*2 vols. IBEMEC: Rio de Janeiro.1978
- Monteiro**, John: *O escravo índio, esse desconhecido in Grupioni*, Luís Donisete(org): *Índios no Brasil.* MEC: Brasilia. 1994

Pizarro e Araujo, José de Souza Azevedo:

Memórias Históricas do Rio de Janeiro. INL: Rio de Janeiro. 1951. (10 vols)

Salvador, Frei Vicente do: *História do Brasil 1500-1627*. Edusp: São Paulo, Itatiaia: Belo Horizonte. 1982,

Souza Silva, Joaquim Norberto: *Memória Histórica e Documentada das Aldéas de Índios da Província do Rio de Janeiro*. RIGHB. 3 Série - nº 14 - 1854. Rio de Janeiro.

Serrão, Joaquim Veríssimo: *O Rio de Janeiro no século XVI*. Gráficas M.Pacheco: Lisboa. 1965, Vols.I e II

Vieira Fazenda, Dr. José: *Antiqualhas e Memórias do Rio de Janeiro*. RIHGB: Rio de Janeiro. 1917 (5 vols.)

III. Considerações sobre as fontes primárias

A documentação sobre história indígena do Rio de Janeiro está dispersa, mas parte significativa dela já foi localizada e está à espera de pesquisadores interessados. Pode ser encontrada em várias instituições como o Arquivo Nacional e a Biblioteca Nacional. No primeiro, existem muitas coleções, especialmente “*Relação do Rio de Janeiro*” e “*Vice-Reinado*”, com documentos sobre os conflitos entre jesuítas e moradores pelo controle da força de trabalho indígena. Na Biblioteca Nacional, podem ser encontrados documentos da mesma natureza na coleção “*Manuscritos Relativos ao Brasil*”.

As condições de vida e trabalho dos índios no Rio de Janeiro, os mecanismos de funcionamento das aldeias, seu processo de desmantelamento, as políticas indigenistas do período e a organização do aparelho burocrático de estado encarregado de executá-las, abrangendo tanto o Estado colonial português como o Estado neo-brasileiro, após a Independência, podem ser estudados a partir da documentação encontrada no Arquivo Nacional, nos fundos “*Ministério do Império*” - orgão responsável pela catequese e civilização dos índios até 1861 e “*Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas*”, que assume tais competências a partir desta data.

Os acervos de outros arquivos menores não podem ser deixados de lado. No Arquivo Histórico do Exército duas coleções são interessantes para o pesquisador preocupado com essa temática: “*Cartas Régias, Decretos e Ordenações*” e “*Livro das Capitanias*”.

No Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro existe documentação pouco explorada sobre a conduta da Câmara Municipal em relação à escravidão indígena. No Museu da Fazenda Federal podem ser encontrados papéis relativos ao trabalho nas fazendas dos jesuítas.

O Arquivo do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro guarda livros de contabilidade com registro dos gastos relativos aos escravos índios das fazendas dos beneditinos e uma série de

documentos relativos ao testamento de dona Victória de Sá, neta do governador Salvador Correia de Sá, deixando como herança para o mosteiro “peças do gentio da terra”.

O papel das oligarquias locais neste processo pode ser avaliado através de análise de documentos do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ) e mais particularmente da correspondência e de relatórios dos ouvidores das comarcas, que foram ‘conservadores dos índios’ e administradores de seus bens até 1833 e dos juízes de órfãos que assumem tais funções a partir desta data até 1845. Também os Anais da Assembléia Legislativa Provincial serão úteis, porque foi ela incumbida pelo Ato Adicional de 1834 de legislar, cumulativamente com a Assembléia e o Governo Central, sobre catequese e civilização dos índios.

A atração, os descimentos e a catequese dos índios bravios no século XIX, o papel dos missionários, os deslocamentos de índios de suas aldeias e as migrações forçadas, as lutas e os conflitos pela terra podem ser acompanhados nos papéis dos arquivos da Diretoria

Geral de Índios, criada em 1845 com o Regulamento das Missões e nos papéis das Câmaras Municipais. Existe bastante informação no APERJ e no Arquivo dos Capuchinhos do Rio de Janeiro, este último já integralmente microfilmado pelo Programa de Estudos dos Povos Indígenas da UERJ.

O uso da força de trabalho indígena em obras públicas, em fazendas e engenhos, como remadores do Arsenal da Marinha, nos serviços das fortalezas, na pesca de baleias, na coleta de sal, na salga de peixe, no corte e extração de madeira, na fabricação de produtos artesanais e na lavoura também pode ser redimensionado com base em fontes primárias, encontradas nos arquivos citados e no Arquivo Geral da Cidade, da mesma forma que as diferentes formas de resistência indígena.

Finalmente, os arquivos paroquiais, municipais e cartoriais de muitos municípios do Estado do Rio de Janeiro, que já começaram a ser mapeados pela equipe de pesquisa do Programa de Estudos dos Povos Indígenas da UERJ, estão revelando uma riqueza expressiva de documentos sobre a história indígena.



CAPA E PROJETO GRÁFICO
Quartet Editora & Comunicação

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA
Ramon Carlos de Moraes

PRODUÇÃO GRÁFICA
NAPE/DEPEXT/SR-3

COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO
Lúcia Maia

REVISÃO
Maria Aparecida Cardoso Santos

FOTOLITO
Dressa Color

IMPRESSÃO
Milograph

A pesquisa e edição deste livro contaram com o apoio financeiro do Convênio UERJ/MEC/FNDE. Contribuíram ainda para sua realização a Biblioteca Nacional, que autorizou a reprodução de parte das iconografias que ilustram este trabalho, os arquivos paroquiais, cartoriais e municipais das cidades de São Fidélis, Itaocara, Pádua, Campos, Valença, Resende e Conservatória e os principais arquivos sediados na cidade do Rio de Janeiro.

Com esta publicação, a UERJ – mantida pelo contribuinte fluminense – reafirma o seu compromisso prioritário com problemas que afetam a população do Rio de Janeiro. Não será demais lembrar que as sociedades indígenas constituem um indicador extremamente sensível da natureza da sociedade que com elas interage. A sociedade brasileira – e dentro dela a sociedade fluminense – se revela no relacionamento com os povos indígenas. Nesse contexto, estudar o índio não é apenas procurar conhecer o “outro”, o “diferente”, mas implica conduzir as indagações e reflexões sobre a própria sociedade em que vivemos.

